

1 **ATA DA LVI REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CRH**

2

3 Aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de 2022, às 09h, no Auditório-Térreo - Salão de Eventos Foyer da Fiepe (Casa da
4 Indústria), sito a Avenida Cruz Cabugá, nº 767, Santo Amaro, Recife/PE, presentes os conselheiros regularmente
5 convocados e convidados devidamente registrados em Listas de Presença, deu-se início a LVI Reunião Ordinária do CRH
6 e, **Sandra Ferraz (da CTALI-SERH/Seinfra)** deu boas-vindas a todos (as) presentes na reunião, observou a
7 complementação do quórum necessário, destacou a importância de cumprirmos os horários estabelecidos na Pauta-
8 CRH e comunicou que a reunião está sendo gravada, ensejo em que convidou para compor a Mesa dos Trabalhos: a
9 professora **Simone Rosa (Secretária Executiva de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco e Secretária**
10 **Executiva do CRH)**, a professora **Suzana Montenegro (Diretora-Presidente da Apac – Agência Pernambucana de**
11 **Águas e Clima)** e o anfitrião da reunião, **Sr. Antônio Cláudio Sá Barreto Couto (Conselheiro-CRH, Representando a**
12 **Fiepe , e que também é Vice-Presidente do SINDUSCON/PE)** – que é a pessoa que está nos recebendo, como
13 instituição. Inclusive, ele já adiantou para nós que vai precisar se ausentar em breve, porque tem uma agenda mais tarde e
14 irá participar só deste momento de Abertura aqui e depois ele tomará assento nas mesas. **Simone Rosa (Secretária**
15 **Executiva do CRH):** “Bom dia a todos e a todas! Iniciamos, então, a nossa última Reunião Ordinária do ano de 2022.
16 Incialmente, eu gostaria de justificar a ausência da Presidente do CRH, nossa Secretária **Fernandha Batista**. Como já é
17 de conhecimento público ela está participando da Equipe de Transição do Governo Federal, e como está com a Agenda
18 muito atribulada, precisou ir à Brasília hoje – que é uma Agenda muito dinâmica, então pediu que eu conduzisse esta
19 reunião e desse aqui algumas palavras na Abertura do evento. Então, estou aqui desde já transmitindo os agradecimentos
20 da Presidente do CRH, **Fernandha Batista**, e também os meus – em meu nome! Nós estamos aqui, hoje, fechando um
21 ciclo, o nosso ciclo da Gestão 2019-2022, então logo a seguir, a gente vai fazer uma apresentação das principais ações
22 que tivemos neste período – tivemos várias mudanças, digamos assim, como a inserção de ações do Saneamento Rural,
23 então vou fazer algumas exposições, mas eu queria desde já agradecer, primeiramente à Fiepe, e eu vou já passar a
24 palavra aqui para o representante da Fiepe. E queria agradecer a cada um dos conselheiros, que se empenharam,
25 presenciaram, e realmente participaram! Eu posso dizer que, como Secretária Executiva do CRH, eu senti que a gente
26 teve realmente esse engajamento, essa participação – nós tivemos reuniões com um alto índice de presença – todas as
27 Reuniões Ordinárias e Extraordinárias. Fazendo aí uma breve retrospectiva, nós, como o mundo todo, fomos atropelados
28 pela Pandemia em 2020, mas isso não impediu que a gente funcionasse e, talvez, com a inovação de termos as reuniões
29 remotas – isso tenha até aumentado à participação de alguns conselheiros. Então, muito obrigada a todos os conselheiros
30 e também a todos os membros das câmaras técnicas – nós temos 04 (quatro) câmaras técnicas – bastante atuantes!
31 Especialmente aos coordenadores e secretários – porque a coordenação tem a responsabilidade, e a gente gasta aquela
32 energia, mas o secretário também tem tanto trabalho quanto os coordenadores. Então eu queria nessas palavras iniciais
33 fazer este agradecimento muito especial e a participação dos conselheiros e coordenadores de câmaras técnicas – não só
34 os atuais, mas também os coordenadores que atuaram durante muito tempo, e aí eu nem gostaria de ficar citando os
35 nomes, para não correr o risco de esquecer de nenhum. Mas quando eu vejo, bem aqui na minha frente, o professor
36 **Ricardo Braga**, que atuou de uma forma tão dinâmica, conduzindo a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais
37 (CTALI), a gente não pode deixar de citar; a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS) – que é uma câmara
38 também muito proativa, muito dinâmica, e que tivemos vários coordenadores, mas talvez o mais longevo seja o professor
39 **Waldir Duarte** – então o agradecimento também especial ao professor **Waldir Duarte, Assis Ferreira**, que também
40 conduziu a CTAS! A CTALI, que todos os assuntos passam por ela – é de fato muito importante, como a Câmara Técnica
41 de Outorga e Cobrança (CTOC) e também a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos (CTPPP), que nesta
42 Gestão teve um trabalho, digamos assim, dobrado ou triplicado, por conta da Atualização do Plano Estadual de Recursos
43 Hídricos (PERH/PE). Então, a CTPPP atuou muito ativamente na análise dos produtos do PERH/PE! Então, foi um
44 trabalho a muitas mãos, muitas reuniões, então isso merece também o nosso agradecimento especial – e já dando aqui
45 um “spoiler”: teremos sim, o Lançamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PE) na próxima semana – o
46 convite ainda não foi lançado, por isso não se preocupe quem ainda não recebeu o convite, mas já está agendado para o

47 dia 15 (quinze) de dezembro, pela manhã, às 09h30 (nove horas e trinta minutos) – em breve, vocês receberão o convite,
48 que está sendo organizado em conjunto, com a Apac e a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos (Seinfra). Após
49 essas palavras iniciais, eu gostaria de passar o microfone para o nosso anfitrião, para proferir algumas palavras aqui para
50 os conselheiros.” **Antônio Cláudio Barreto (da Fiepe):** “Bom dia a todos! Inicialmente, venho cumprimentar **Simone** aqui,
51 que está representando a Seinfra e o Governo do Estado neste ato! E parabenizar a Secretaria Executiva de Recursos
52 Hídricos pela forma como ela vem conduzindo todos os trabalhos da parte dos recursos hídricos do Estado, através de sua
53 secretária **Fernandha Batista**, como também dizer que esta casa aqui é a casa de todos – a Fiepe hoje é uma casa de
54 todos! É a Federação da Indústria, onde agrupa, onde a meta do Dr. **Ricardo Essinger** é fazer om que haja uma interação
55 entre a sociedade, o setor produtivo e o setor político! Sem essa interação, vamos dizer assim, sem esse conceito de
56 união, cada um defendendo aquilo que acha correto e a maioria sendo ouvida, e sempre dando seguimento àquilo que a
57 maioria decide – que é o limiar de uma democracia, então eu acho que é por aí que a gente deve caminhar. Então, essa
58 casa está sempre aberta a todas essas iniciativas e quero aqui registrar que, através **Fernandha** houve sempre um
59 relacionamento mais estreito com o setor produtivo, com o setor científico, com toda a parte que envolve o Estado como
60 um todo – eu acho que isso daí tem que servir de exemplo para a gente. E isso é o que nós temos que fazer com que
61 aconteça nos próximos anos! Então, os gestores passam e o Estado continua, e o cidadão pernambucano continua! Então,
62 a gente tem que focar em Programa de Estado, e não, em Programa de Governo, porque eu acho que isso é o
63 fundamental! Que nós, que somos cidadãos, que somos formadores de opinião, devemos dar uma parcela do nosso tempo
64 em relação a essas atividades, porque elas são importantíssimas! Então, quero agradecer a todos e dizer que a Fiepe está
65 sempre à disposição de todos, muito obrigado!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “Muito obrigada, Sr.
66 **Antônio Cláudio**, por suas palavras! E só complementando, talvez porque tenhamos duas professoras universitárias aqui
67 na mesa, eu e **Suzana**, mas nós temos a participação de vários outros professores, que estávamos aqui no início nos
68 confraternizando: o professor **Jaime Cabral**, a professora **Emilia**, professor **Ricardo Braga**, professor **Waldir Duarte**
69 também, o professor **Sérgio Torres** – ele aposentou-se, mas ainda é professor! E essa participação, ela fica! Inclusive,
70 antes de 2019, antes de assumir a Secretaria Executiva de Recursos Hídricos (SERH), eu já participava do CRH, como
71 membro, representando a UPE (Universidade de Pernambuco) e essa participação – não pensem que vocês vão se livrar
72 de mim, porque voltando para a UPE, eu levo essa bagagem, essa sinergia, e essa presença dos representantes das
73 universidades, dentro do CRH, ela será constante, permanente e vem só a somar! E agora eu passo a palavra para a
74 Diretora-Presidente da Apac (DP-Apac), **Suzana Montenegro**, também, para uma saudação inicial.” **Suzana Montenegro**
75 (**DP-Apac**): “Bom dia a todos! Trago só uma breve saudação mesmo. Cumprimentar a **Simone Rosa** e **Fernandha**
76 **Batista**, que não pôde estar presente! Cumprimentar e agradecer ao nosso anfitrião, que nos acolhe aqui, nessa última
77 reunião do ano do CRH! Como todos sabem, a Apac não integra formalmente o CRH e nem suas câmaras técnicas,
78 porque a Apac é o órgão executor da política. Mas a gente participa efetivamente das discussões nas câmaras técnicas –
79 sempre que pode, trás os insumos para as discussões, para a melhoria dos instrumentos, dos normativos. Então, é com
80 muita alegria que, também, a gente participa aqui dessa última reunião, e que representa também uma oportunidade de
81 um Balanço de um Quadriênio, porque todos trabalharam muito – seja como representante do CRH, das câmaras técnicas,
82 da própria Seinfra, da SERH e Apac. Queria fazer um registro especial aqui também – um agradecimento às pessoas que
83 são incansáveis para que essas reuniões aconteçam e que tenham o quórum, para que a gente receba tudo com
84 antecedência, que é a **Sandra Ferraz** e a **Gizélia** – sempre aí na nossa retaguarda e merecem o nosso reconhecimento!
85 Bem, que tenhamos todos, uma excelente reunião!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “Bem, então
86 prosseguindo, vamos fazer duas apresentações, vamos começar pela Apresentação das Ações da Secretaria Executiva de
87 Recursos Hídricos (SERH): primeiro, ressaltar que essas ações que a gente vai apresentar, são as principais ações, e vai
88 ser assim, uma rápida “pincelada” – só para dar um destaque nas atuações mais importantes que a gente considerou na
89 Seinfra, dentro da SERH. Então, aqui alguns pontos principais que a gente vai passar, para dar essa “pincelada” geral –
90 tanto na questão de ações técnicas, quanto de obras e estudos. Então, só destacando a atuação do nosso Conselho
91 Estadual de Recursos Hídricos (CRH) – nessa Gestão 2109-2022: então, um dos pontos de destaque é que nós tivemos a
92 Atualização do nosso Regimento Interno, que desde a criação do CRH a gente não tinha essa alteração. Então, a gente se
93 debruçou sobre isso, criou um Grupo de Trabalho – o GT do Regimento Interno, e com isso a gente passou a ter 04
94 (quatro) Reuniões Ordinárias – então o Regimento-CRH foi aprovado em 2021, então a partir de 2022 o nosso Calendário
95 passou a ter 04 (quatro) Reuniões Ordinárias, e Extraordinárias, as que houverem necessidade – destacando aí, nós
96 tivemos 16 (dezesseis) Reuniões Ordinárias durante essa Gestão, e se não me engano, foram 06 (seis) ou 08 (oito)
97 Extraordinárias, e destacando também aí, o intenso trabalho das câmaras técnicas! Então, pelo número de reuniões é
98 possível vocês verificarem como as câmaras foram tão atuantes – CTAS, CTALI, CTOC e CTPPP! Só destacando aí a

99 atuação do CRH e das câmaras técnicas, nessa Gestão 2019-2022. Outro assunto, bastante importante, é a questão de
100 Segurança de Barragens: A Secretaria de Infraestrutura Hídrica, atualmente, ela é empreendedora de 30 (trinta) barragens
101 – a Compesa, que é vinculada, com mais 100 (cem), em torno de 120 (cento e vinte) barragens. E aí eu vou destacar só
102 alguns pontos que avançamos! Então, gente, sem dúvida e sem falsa modéstia, avançamos bastante no Estado de
103 Pernambuco – não só na Seinfra, mas o Agente Fiscalizador – **Suzana** vai colocar depois, a Compesa e a Seinfra na Área
104 de Segurança de Barragens, reconhecida pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA)! Então, aqui no
105 slide, alguns estudos que elaboramos: Planos de Segurança de Barragens (PSBs) – conseguimos construir 05 (cinco)
106 Estudos de Barragens, que são fiscalizadas pela ANA: Barragens de Cajarana, Ingazeira, Inhumas e Ipanema-I e a
107 Barragem de Serro Azul – uma barragem muito importante no Controle de Cheias da Mata Sul, que conseguimos contratar
108 e finalizar o PSB de Serro Azul – hoje temos um Plano de Ação de Emergência (PAE) e temos então, tudo devidamente
109 registrado, seguindo aí a Política Nacional de Segurança de Barragens. Ainda na Área de Segurança de Barragens, em
110 relação aos Projetos de Recuperação, priorizamos as barragens que tinham necessidade de Projetos de Recuperação –
111 tem outras na fila, mas conseguimos concluir o Projeto de Recuperação da Barragem de Ipanema-I – vou colocar aqui
112 alguns slides, que foi uma barragem que entrou em Emergência em 2020 – tivemos que fazer uma obra emergencial! A
113 Barragem de Inhumas, que também precisa de recuperação, que fica no município de Palmeirina, próxima à Garanhuns,
114 que é utilizada para o abastecimento público, pela Compesa – já está com o seu Projeto de Recuperação concluído, e o
115 Projeto da Barragem Nilo Coelho, que também entrou em Emergência, então, como eu falei, priorizamos as barragens
116 para fazer os Projetos de Recuperação. Esta barragem fica lá no município de Terra Nova, inclusive, captamos recursos
117 para executar a obra de Recuperação da Barragem Nilo Coelho, inclusive, lançamos o Processo Licitatório, que
118 infelizmente o processo foi fracassado – não tivemos concorrentes, mas vamos rever o Orçamento para republicar. Estão
119 em andamento, ainda não concluídos, o Projeto da Barragem de Jazigo, lá em Serra Talhada e da Barragem Poço Grande,
120 no município de Serrita. Então, o nosso critério foi a avaliação da Classificação de Risco e de Dano Potencial Associado,
121 para a gente priorizar a execução desses Projetos de Recuperação, que possivelmente sejam concluídos até o final de
122 dezembro, no mais tardar, até janeiro. São estes os Projetos de Recuperação de Barragens que foram concluídos! Bem,
123 terminando a parte de Segurança de Barragens – todos os anos nós fazemos os Relatórios de Inspeção de Segurança
124 Regular (ISR): em 2019 foram 18 (dezoito); em 2020 foram 19 (dezenove); em 2021 foram 21 (vinte e um) e neste ano, já
125 temos 25 (vinte e cinco) barragens que já tivemos vistorias e estamos finalizando os Relatórios de Inspeção de Segurança,
126 para entregar até o dia 31 de dezembro ao nosso órgão fiscalizador, que é a Apac. Mudando um pouquinho do assunto,
127 encerrando a parte de Segurança de Barragens, vou começar a falar um pouco dessa marca, que a nossa secretária
128 **Fernandha Batista** trouxe para os recursos hídricos, nessa Gestão, que foi o Saneamento Rural, então vou falar um
129 pouco do SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural) também, mas nós tivemos uma ação bem específica, lá na
130 secretaria, do Sistema Simplificado de Abastecimento de Água (SSAA) em Comunidades Rurais. Então, nós temos em
131 desenvolvimento aí, em vários municípios com uma população atingida, aí prevista para quando a gente terminar as obras,
132 de quase 15.000 (quinze mil) habitantes na Zona Rural – muito focado no Moxotó e no Pajeú, e com um investimento na
133 ordem de quase R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais). Então, são Sistemas Simplificados, a partir de mananciais, que
134 podem ser até uma adutora que passe próximo, pode ser uma barragem, pode ser um poço. Então, foi feito um estudo
135 criterioso da Relação Custo-Benefício, para a gente poder escolher essas comunidades que seriam beneficiadas, nesse
136 primeiro momento – isso a partir do cadastro que a gente tem hoje, de Comunidades Rurais – que eu vou colocar aqui na
137 frente! Kits de Irrigação, muito rapidamente: era um Convênio que já vinha da gestão anterior – não foi uma iniciativa
138 nossa, e a gente concluiu, fazendo a entrega dos kits e instalação para comunidades, associações, que estavam já
139 devidamente cadastradas. Então, foram entregues aí 1.417 (mil, quatrocentos e dezessete) Kits de Irrigação, e depois
140 tivemos outra Emenda aí, com mais 204 (duzentos e quatro) Kits para municípios específicos, que foram decorrentes de
141 Emenda Parlamentar. Dessalinizadores, também é um programa bastante importante – só fazendo um parêntese, dando
142 uma informação importante, que Segurança de Barragens e Dessalinizadores são dois pontos, dois temas, que são
143 financiados com recursos do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) – então, a importância da aplicação dos
144 recursos do FEHIDRO! Então, nós temos aí cerca de 280 (duzentos e oitenta) dessalinizadores instalados em todo o
145 Estado de Pernambuco, e a gente faz essa manutenção periódica e também fizemos uma Licitação, já concluída, para
146 instalarmos 50 (cinquenta) novos dessalinizadores, inclusive, partes deles, com a tecnologia fotovoltaica, porque um dos
147 grandes problemas que a gente tem é não ter energia no local, pois a Prefeitura é a responsável para colocar energia,
148 então a gente investiu num modelo fotovoltaico – já temos 20 (vinte) instalados e os demais serão instalados em breve! E
149 aí, falar um pouquinho do SISAR, porque se fala tanto em SISAR – essa Marca Registrada aí, de **Fernandha**, que estudou
150 e fez o seu Doutorado em Saneamento Rural e trouxe, conseguiu essa sinergia e trouxe isso aqui, para a prática! O SISAR

151 é um Modelo de Gestão para que a gente traga à comunidade – para que a comunidade se aproprie de fazer a gestão do
152 abastecimento naquela comunidade rural! Então, quando a gente envolve, quando a comunidade se apropria, dá certo! E
153 aí a gente tem os exemplos do Ceará, da Bahia – **Fernandha** foi lá, estudar, ver como é que isso funcionava, para trazer
154 isso aqui para Pernambuco, e tivemos aí o êxito! Então, a gente trabalhou inicialmente, definindo as estratégias na
155 Plataforma, que é o cadastro – então a gente precisou fazer um cadastro das comunidades rurais – a gente tem uma
156 Unidade de Gestão do Saneamento Rural (UGSR), implantada por Portaria e ela funciona com o apoio da Compesa, então
157 a Unidade Gestora, articulação dos territórios com o SISAR, e aí a gente busca captar recursos para trazer projetos e
158 implantar as obras nas comunidades, cumprindo o nosso objetivo! Então, como é que funciona? A Associação Comunitária
159 opera o sistema, ela se apropria disso e o SISAR administra, faz a gestão comercial, contábil, administrativa, podendo dar
160 uma manutenção mais especializada e, quando é simples, a própria Associação Comunitária faz. A Compesa apoia,
161 disponibilizando Projetos-Padrão, monitorando os resultados, trabalhando na análise das amostras de qualidade de água –
162 ela funciona como uma incubadora do SISAR. E os Governos estão focados na estratégia do programa, em captar
163 recursos e executar os projetos e obras, para que a gente concretize. Hoje a gente tem 04 (quatro) sistemas: o SISAR-
164 Moxotó, que foi o primeiro a ser implementado no Estado de Pernambuco – certamente vocês já ouviram falar sobre o
165 SISAR-Moxotó! Depois, implementamos o SISAR-Alto Pajeú, o SISAR-São Francisco e o SISAR-Sertão Central e Araripe.
166 Então, hoje temos, já implantados, esses 04 (quatro) sistemas, que beneficiam cerca de 115.000 (cento e quinze mil)
167 habitantes, com uma ordem de grandeza de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais) em obras de
168 abastecimento para a população rural difusa. E só para fechar, já captamos recursos do Banco Mundial, do BIRD (Banco
169 Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento). Então, foi aprovada na COFIEX (Comissão de Financiamentos
170 Externos) uma proposta, recentemente, agora em outubro, no total de US\$ 113.000.000,00 (cento e treze milhões de
171 dólares), sendo US\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de dólares) dos recursos do BIRD e US\$ 23.000.000,00 (vinte e três
172 milhões de dólares) de contrapartida do Governo do Estado. Então, realmente podemos dizer que emplacamos o tema do
173 Saneamento Rural em Pernambuco e queremos deixar isto muito consolidado, para que seja dada continuidade na
174 próxima Gestão do Governo. Bem, rapidamente, falando sobre o PERH/PE – eu já falei um pouco: nós conseguimos
175 também concluir uma missão que foi feita muito em conjunto com a Apac, o Gestor do Contrato, o **Erik Cavalcanti**, é da
176 Apac, foi um Contrato assinado pela SERH – essa proposta já vinha do Programa de Sustentabilidade Hídrica de
177 Pernambuco (PSH/PE), estava um pouco travada. Em 2019 a gente conseguiu avançar, concluímos a Licitação, e mesmo
178 sabendo que a gente não iria concluir o estudo a tempo, do término do PSH/PE, que finalizou em março de 2020. Após o
179 término do programa, seguimos com o estudo com os recursos da Fonte 101 (cento e um), do Governo do Estado de
180 Pernambuco, e tivemos êxito de concluir, então, a Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PE). Então,
181 hoje, inclusive, o PERH/PE foi aprovado aqui, na última Reunião Ordinária do CRH – vocês devem estar lembrados! Então,
182 podemos dizer hoje, que cumprimos nossa “tarefa de casa” e temos o PERH/PE, temos uma Agenda de Recursos Hídricos
183 pronta, a ser seguida – **Suzana**, certamente, logo mais, vai dar mais detalhes dos produtos do PERH/PE. Gente, já está
184 disponível no site da Apac, todos os produtos do PERH/PE! Vou falar um pouquinho de outra atividade que gente faz e
185 que, às vezes, ela não parece porque “parece que só aparece o que a gente gera produto” – quando a gente constrói uma
186 obra, quando a gente faz um estudo – está aqui o PERH/PE! Mas uma coisa que deu muito trabalho, principalmente neste
187 ano de 2022, que consumiu muita energia, foi a operação do Sistema de Controle de Cheias. Então, eu fiz questão de
188 colocar aqui uns dois ou três slides: o Sistema de Controle de Cheias do Capibaribe, que foi também um trabalho a várias
189 mãos – a gente tem o Protocolo – a Apac que faz um trabalho fundamental em todo o monitoramento das variáveis
190 hidrológicas, e a Compesa, que também tem um trabalho fundamental na operação dos reservatórios – que abre e fecham
191 as comportas – e isso, com as chuvas que tivemos nesse ano! No Capibaribe, nós temos 04 (quatro) barragens, que são
192 do Sistema de Controle de Cheias e nós temos uma regra de operação, e é um processo extremamente dinâmico,
193 principalmente quando a gente tem eventos críticos, como a gente teve nesse ano de 2022! Então, a gente precisa ter um
194 monitoramento 24h/dia (vinte e quatro horas por dia), literalmente! Então, a Apac fica em plantão permanente, 24
195 horas/dia: os meteorologistas, os hidrólogos, para que a gente possa tomar decisões em tempo real, e aí eu queria
196 destacar aqui, a participação da Diretora da Apac, **Crystianne Rosal**, do Gerente **Clenio Torres**, evidentemente, além da
197 Presidente da Apac, mas de toda a equipe – não temos ninguém aqui da Sala de Situação, nem da Meteorologia, mas que
198 têm uma participação fundamental em todo esse processo – então, foi um processo conjunto! Aqui nesse slide, só para
199 vocês entenderem as outras informações, a Apac sempre monitorando! A SERH: fizemos reuniões-conjuntas, tomamos as
200 decisões, e quando as decisões estavam tomadas, solicitávamos à Compesa a operação! E um caso excepcional, no caso
201 da Barragem de Carpina – que a gente tem uma determinada cota que atinge a PE-50, e isto aconteceu neste ano – não é
202 uma coisa normal, é atípica, mas aconteceu, e precisamos então acionar o DER/PE (Departamento de Estradas de

203 Rodagem de Pernambuco) para interditar a PE-50 durante alguns dias! Então aqui, só para destacar, terminando já esta
204 parte, nós tivemos aqui, entre 23 e 29 de maio: aqui, em Goitá tivemos um aumento de mais de 50% (cinquenta por cento)
205 em seu volume armazenado; em Tapacurá o volume dela dobrou, e depois ela veio a verter! Então, nós tivemos eventos
206 críticos – acho que **Sérgio Torres e Guilherme**, aí na Compesa, certamente acompanharam, porque a gente passou por
207 algumas noites, praticamente em claro, porque o nível dos reservatórios, realmente, subiu muito rápido, e a gente ainda
208 precisou “lutar”, digamos assim, contra as fake news, porque a população achava que quando a barragem vertesse, tinha o
209 risco de romper! E a gente precisou ter todo um trabalho de comunicação para fazer o esclarecimento à sociedade! Vou
210 falar rapidamente também, sobre outro assunto importante, que começou a partir de 2020, com o novo Marco Legal do
211 Saneamento, que é a criação das Microrregiões de Água e Esgoto (MRAEs), que conseguimos implementar aqui em
212 Pernambuco: a Lei Federal de 2020, mas no Estado de Pernambuco nos temos a Lei nº 455, de 2021, que ela criou duas
213 Microrregiões de Água e Esgoto (MRAEs), para que se cumpram as metas previstas na política, no novo Marco Legal do
214 Saneamento, foram criadas então, a MRAE do Sertão e a MRAE da RMR-Pajeú. Nós temos 24 (vinte e quatro) municípios
215 na MRAE do Sertão e 165 (cento e sessenta e cinco) municípios na MRAE da RMR-Pajeú. Essas MRAEs foram instaladas
216 em 2021. Então, são colegiados microrregionais e funcionam com: o representante do Estado, que é o Governador – que
217 pode ser substituído pela Secretaria **Fernandha** e representantes de cada município – que são os Prefeitos ou quem eles
218 indicarem; um Secretário Geral é quem ocupar o cargo de Secretário Executivo de Recursos Hídricos, então eu atuei como
219 Secretária Geral, de 2021 até 2022; temos um Comitê Técnico, que também foi implementado e um Conselho Participativo
220 que ainda não foi implementado! O que aconteceu até agora, nas MRAEs? Nós tivemos uma Assembleia Conjunta das
221 MRAEs, que foi a de Instalação, em 2021; depois, nós tivemos duas Assembleias para cada MRAE – qual foi o objetivo?
222 Foi que a gente pudesse aprovar os Planos, os Termos Aditivos, para que a gente conseguisse que a Compesa pudesse
223 nos encaminhar os seus estudos de viabilidade técnica e econômica – porque se isso não fosse cumprido até 31 de
224 dezembro de 2021, aconteceria o que ocorreu em outros Estados do Brasil, e haveria então a privatização dos serviços de
225 saneamento! Então, avançamos nesse tema também; e este ano tivemos também uma Assembleia em cada MRAE.
226 Agora, só dois ou três slides, porque foi uma atividade que marcou bastante a nossa Gestão, que foi a Obra Emergencial
227 Barragem de Ipanema-I: nós tivemos duas Emergências de Barragens em 2020 e isso aconteceu bem no início da
228 Pandemia! Então, foi um grande desafio, foram momentos tensos, mas que hoje eu me considero uma privilegiada em ter
229 passado por essa experiência, porque foi um momento de muito aprendizado! Então, nós Decretamos Estado de
230 Emergência na Barragem Nilo Coelho, em Terra Nova, porque ela tinha o risco de ruptura se ela vertesse, e ela verteu e
231 nós conseguimos fazer toda a mobilização, e Ipanema-I foi um pouco mais complicado porque a barragem verteu e fica na
232 PE-300, e aí a rodovia também teve que ser interditada. Nós conseguimos muito rapidamente, porque o Rio Ipanema é um
233 rio de domínio da União, portanto a Agência Fiscalizadora é a ANA. Então, nós tivemos, durante mais de dois meses
234 vídeos-conferências semanais, para que a Agência Fiscalizadora acompanhasse o processo. Nós tivemos aí uma torre da
235 CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) que caiu a alguns quilômetros à jusante no rio. Nós tínhamos
236 pescadores à montante, enfim, foi realmente uma lição de vida, em termos de gestão de recursos hídricos – com os
237 múltiplos usuários envolvidos, e nós conseguimos conseguir com êxito, captamos inclusive, recursos do Governo Federal e
238 em 30 (trinta) dias nós fizemos uma Obra Emergencial e a barragem ficou fora de risco de ruptura! Então, realmente, foi
239 uma experiência muito marcante! Nesse slide, algumas fotos, então houve o que a gente chama de ‘overtopping’, ou seja,
240 a água passou por cima do coroamento e ela veio para a lateral e fez uma erosão ali – tanto, que a gente achava que era
241 um ‘piping’, e depois, aí já é a foto da barragem recuperada – fizemos uma elevação do muro lateral; cobrimos aqui a
242 erosão; recomponos a jusante; tratamos as fissuras, enfim, e fizemos o Projeto de Recuperação da Barragem também.
243 Então assim, cumprimos a missão e só falta agora a obra! Na Barragem Serro Azul, o nome da barragem, na verdade, é
244 Eduardo Campos, mas só chamamos de Serro Azul, onde tivemos duas ações importantes: a manutenção corretiva – a
245 obra ainda estava na garantia da construtora, e apresentou algumas infiltrações na galeria – nada era muito grave, fizemos
246 todo o monitoramento, e nós acionamos o Consórcio CMT/Triunfo, e foram feitos então os reparos – e foram muito bem
247 feitos porque nós tivemos a oportunidade de, em julho, a cota se elevar – a cota mais alta que teve em seu histórico, e
248 quase verteu, e aí a gente comprovou que, realmente, mesmo a água chegando naquele nível, estava tudo funcionando
249 direitinho, pois os reparos tinham sido feitos a contento! Então, a gente conseguiu ter esta oportunidade de constatar. Teve
250 também manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos de hidromecânicos e aí, a Compesa, que está aqui
251 representada, foi quem tomou a frente, já que futuramente esta barragem também vai ser utilizada para o abastecimento,
252 através da adutora de Serro Azul, que se encontra em obras. Bom, já indo para os finalmente, nesse slide, algumas obras
253 que concluímos dos Parques Urbanos. Cabe também destacar aqui, que os Parques Urbanos foram projetos da Apac, que
254 elaborou os projetos dentro dos Planos Hidroambientais, então nesse caso, do Ipojuca. Eu fico muito feliz quando a gente

255 conclui uma obra, que a gente consegue concretizar, colocar em prática, efetivamente gestão de recursos hídricos, porque
256 eu me lembro, quando em 2010, na época eu participava como consultora dos Planos Hidroambientais – como professora
257 universitária e como consultora, e fizemos várias propostas – os Parques não foi proposta minha, evidentemente, foi
258 proposta de outra autora, **Isabelle Meliê, Terezinha Uchôa**, e aí a gente consegue depois, voltar num outro papel, e
259 construir a obra e concretizar. Então, para mim isso, realmente, é a prova de que a gente está fazendo gestão – a gente
260 planeja, está lá no plano, e depois a gente passa para o outro lado e a gente constrói a obra, então cumprimos essa ação!
261 Então, é uma prova da implementação de uma ação do Plano Hidroambiental. O primeiro parque concluído foi em Gravatá
262 – um dos menores, de dois hectares; São Caetano foi logo em seguida concluído; concluímos agora, recentemente,
263 Bezerros – e aí já estamos no processo de entrega; Belo Jardim está praticamente concluído também – em acabamentos
264 finais; e Escada é o próximo a ser concluído; no de Caruaru houve uma paralização – a empresa abriu falência, entregou a
265 obra e nós relitamos e retomamos, a cerca de um mês, a obra de Caruaru – é o maior deles, que pega os dois lados do
266 rio e tem seis hectares. Então, um conjunto aí de obras – aqui nesse slide, algumas fotos: de Gravatá, que está
267 funcionando muito bem, inclusive a Prefeitura instalou uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no parque – isso dá
268 uma vida; em São Caetano teve uma área de reflorestamento – também na beira do rio; aqui é o de Bezerros, que tem
269 anfiteatros – têm locais então, para que a população olhe para o rio; o de Caruaru também tem uma escola bem vizinha;
270 aqui, Belo Jardim; Escada; e Caruaru. E aqui nesses slides, só encerrando, colocar para vocês os principais Convênios,
271 pois a gente tem vários outros, mas os focados aqui diretamente, que a gente conseguiu renovar junto ao Governo
272 Federal: renovamos em 2019 o Convênio para retomar a obra da Barragem Panelas-II – licitamos por duas vezes e não
273 tivemos sucesso na Licitação, precisamos rever o orçamento para relitar novamente; a Barragem Gatos, também a
274 mesma coisa, refizemos o Convênio – tivemos um número sem fim de cláusulas suspensivas, em termos de
275 desapropriação, Licenças Ambientais, conseguimos cumprir, precisamos rever o orçamento e a Barragem de Gatos tem
276 um outro problema porque, com a cheia de 2017, a ombreira esquerda sofreu algumas avarias, e aí precisou de uma
277 readequação do projeto; e a Barragem Nilo Coelho – que já estamos com o projeto pronto, e aí nós vamos também rever o
278 orçamento para relitar a obra. Bem, com isso concludo minha explanação. Então, muito obrigada, agradeço a atenção de
279 todos! Qualquer dúvida, estarei à disposição, e já passo a palavra aqui para Suzana (Diretora-Presidente da Apac) para
280 fazer as apresentações dela.” **Suzana Montenegro (DP-Apac):** “Acho que, realmente, todas as ações que **Simone** citou
281 aí, mostram o avanço da Gestão nesse Quadriênio 2019/2022. Eu vou mostrar agora o lado do agente que executa, que
282 implementa os instrumentos e que tem todo um conjunto de atribuições definido por Lei. Na verdade, eu até coloquei
283 atuação da Apac na Gestão dos Recursos Hídricos em Pernambuco, em 2022, mas na verdade a maior parte das ações,
284 elas são continuadas. Eu já apresentei, inclusive, eu tive a oportunidade de apresentar aqui nesse Conselho, talvez com
285 outros integrantes, mas com boa parte dos senhores e senhoras. Vou fazer algumas apresentações temáticas, como
286 Segurança de Barragens, PISF, Plano Estadual, enfim – algumas apresentações mais aprofundadas, e de fato assim, em
287 15 (quinze) ou 20 (vinte) minutos não dá para gente apresentar tudo, com muito detalhe! Então, é uma apresentação muito
288 rápida! Eu dividi essa apresentação para a gente não só avaliar ou ter conhecimento, acompanhar os avanços, mas
289 também os desafios porque eles são permanentes – a gente não para, a gente avança, mas a gente também trás um
290 conjunto de desafios, e as perspectivas, não é? Então, o que é que nós temos a partir dos avanços, do que nós
291 reconhecemos como desafios, aonde nós não conseguimos avançar e quais as perspectivas para vencer esses desafios?
292 Evidentemente que, toda essa trajetória do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGRH) é uma grande
293 perspectiva para vencer todos os desafios, consolidação do CRH. Então, aqui nesse slide, a Atuação da Apac: que é
294 definida por Lei – basicamente, é a implementação dos instrumentos da política, mas a gente também tem um papel no
295 clima e tempo; os estudos estratégicos – na verdade, essa é uma missão da Apac, que a gente cumpre, realmente,
296 digamos que com muito afinco, com muita dedicação, a maioria dos estudos a gente contrata, porque sabe que é com
297 base no conhecimento que a gente consegue o aprimoramento dos instrumentos, das ferramentas para a gestão de
298 recursos hídricos; também a gente se ocupa da Gestão Participativa – temos uma Gerência ligada ao fortalecimento, ao
299 Apoio aos Organismos de Bacias (GAOB) – aos Conselhos de Usuários de Açudes e também aos Comitês de Bacias; a
300 Revitalização de Bacias Hidrográficas, então está no contexto de gestão, a produção da água – não é só a água da chuva,
301 mas como a gente também cuida da bacia hidrográfica para, de fato, ter a resposta hidrológica; as Capacitações do SIGRH
302 – sem o conhecimento a gente não consegue fazer gestão – precisa capacitar os membros do sistema e isso também é
303 uma atribuição da Apac; mais recentemente – na verdade, não tão recentemente, da Política de 2010, a Apac é o Órgão
304 Fiscalizador de Segurança de Barragem no Estado de Pernambuco – como já foi citado por **Simone**; e desde o final de
305 2019, uma Lei Estadual atribuiu à Apac a missão de Operação do PISF (Projeto de Integração do São Francisco) com as
306 bacias do Nordeste Setentrional. Eu trago aqui só, de fato, uma “pincelada” da nossa Formulação Estratégica p nós

307 atualizamos o Planejamento Estratégico da Apac, que é fundamental para a gente ter, de fato, uma direção que a gente
308 quer seguir com: o Horizonte Temporal, a Missão, a Visão, o Papel dos Agentes, os Objetivos Organizacionais e os nossos
309 Valores. Então, a gente já tinha um Planejamento Estratégico, foi atualizado para 2021-2025 com a participação efetiva da
310 equipe da Apac e com outros agentes que interagem com a Apac, evidentemente, para que a Apac consiga cumprir a sua
311 missão. Então, começando aqui, com os Avanços: na verdade a gente avançou em todas aquelas “bolinhas” do slide
312 anterior, que representam a Missão da Apac, que foram atribuídas por Lei – está lá na Lei de Criação da Apac e nas outras
313 Leis, que vieram à *posteriori*. Eu queria destacar, além de todos os instrumentos – na verdade, tem alguns que a gente,
314 efetivamente, não avançou, mas destacar também um conjunto de ações, que eu julgo ser muito importante para nós da
315 Apac, que é a questão da Comunicação e Articulação. Então, para tudo o que a gente faz a gente tem que ter um pilar – eu
316 acho que um pilar no Conhecimento e um pilar na Comunicação e Articulação! E de fato, tem-se mostrado fundamental
317 para a gente comunicar o que é feito, dentro da esfera do Governo, com a sociedade, com os usuários e de uma maneira
318 geral, com a sociedade civil. E meu destaque para esses avanços, que a gente conseguiu em todas essas áreas,
319 justamente, as palavras chaves são: parcerias, ciência e inovação. Sem o corpo técnico que nós temos na Apac, que inclui
320 os concursados, os terceirizados, uma Seleção Simplificada que foi feita neste ano, com 06 (seis) pessoas, mais alguns
321 cedidos, estagiários, nós não conseguíramos cumprir efetivamente, essa missão. Então, a gente só avança porque a
322 gente tem a base, vai buscar as parcerias, e tem a base da ciência e da inovação, com insumos efetivos para todo o rol de
323 atribuições que nós temos. E, só lembrando, esse conjunto de atribuições é um grande desafio interdisciplinar no corpo da
324 Apac, nas parcerias que nós buscamos, nós temos várias áreas do conhecimento! Ai nesse slide, um painel, que eu gosto
325 de mostrar no final das apresentações, mas como eu estou falando dos avanços e das parcerias, este é o painel que
326 representa o conjunto das nossas principais parcerias – de dentro do Estado, de outras secretarias, a exemplo da Semas
327 (Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco), da Secti (Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
328 do Estado de Pernambuco), e de outros órgãos: Defesa Civil, Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) – a
329 gente tem assento no Comitê e efetivamente participa das discussões, do foco, dos objetivos do Comitê, mas também
330 recebe de volta – vou mostrar aqui uma das ações conjuntas, o conjunto de universidades porque a gente tem parceria e
331 não poderia deixar de citar, claro, a minha (UFPE), mas também a UPE, UFAL, UFCG, UFRPE, o MDR (Ministério do
332 Desenvolvimento Regional), o Mestrado Profissional em Gestão e Regulação em Recursos Hídricos (ProfÁgua) – que é um
333 Mestrado em Rede Nacional, tem 14 (quatorze) instituições em todo o país e é nossa parceira nas Capacitações, enfim.
334 Não dá nem para citar tudo, a nossa Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (Facepe), o Inmet, a Funceme
335 (Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos), outros órgãos de Meteorologia do Nordeste do país, o
336 Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), a Compesa, enfim. E aqui, nesse slide, é
337 um painel que também mostra – como não dá tempo de aprofundar tudo, eu faço questão de mostrar só com alguma
338 comunicação visual e poucas palavras, onde é que a gente teve os principais avanços para o aprimoramento das
339 ferramentas e das ações: Modelos Hidrológicos e Hidrodinâmicos, Atmosféricos, Ferramentas de Geotecnologias, enfim –
340 ferramentas diversas que suprem a carência, ou pelo menos, ajudam a suprir a carência de recursos humanos que nós
341 temos. Então, está aqui o conjunto – hoje nós usamos: drones nas Ações de Fiscalização ou de Segurança de Barragens,
342 nas ações do PISF; softwares e aplicativos; sensoriamento remoto – ferramentas diversas, que na verdade permeiam
343 várias das nossas ações, desde a Meteorologia, Previsão do Tempo, Segurança de Barragens, Monitoramento. E, lá no
344 início dos Avanços, eu destaquei em vermelho o Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SIRH) – daqui a pouco eu
345 vou mostrar porque ele está de vermelho, mas só para criar um “suspensezinho” também, porque essa é uma novidade
346 que a gente trás aqui, para essa reunião de hoje! E o que é que a gente conta aí, nesse conjunto de parcerias? O nosso
347 financiamento é do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), tem o funcionamento da máquina que é da Fonte de
348 Recursos do Estado e temos também os programas, em parceria com a ANA – e aí eu destaco 03 (três) deles, um deles,
349 na verdade o Conselho tem o conhecimento de todos os 03 (três) programas porque aprova, analisa o cumprimento das
350 metas, e eu destaco aqui o Progestão, que é um Pacto Nacional para a Consolidação da Gestão das Águas, e nós fomos
351 certificados aí, no período 4, no Ciclo-II do Progestão de 2021 – a Certificação saiu este ano, nós fomos certificados aqui, o
352 Estado de Pernambuco, com o cumprimento de 100% (cem por cento) das metas – eu acho que é um grande orgulho para
353 o Estado – e isso a gente deve, claro, a todas essas parcerias – não só à equipe da Apac! Eu não vou detalhar, inclusive,
354 uma das metas é exaustiva, mas ao mesmo tempo é uma grande oportunidade, não só de interagir com outros entes do
355 Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SNGRH), mas também são trocas de experiência, trocas de
356 boas práticas de gestão! E a gente tem um cumprimento, uma série de metas que são avaliadas – uma delas, inclusive, é
357 a apresentação na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), que nós cumprimos na semana passada
358 ou há duas semanas. E toda a Equipe da Apac recebe um reconhecimento – um Certificado que a gente faz, porque eles

359 são partícipes deste avanço, avanço do Estado de Pernambuco, mas que de fato, a gente só consegue por conta das
360 parcerias. Queria aqui destacar o papel de **Patrícia Veras**, que sempre toma conta, cuida de todos os detalhes, para que a
361 gente tenha o acompanhamento das metas e envie todos os documentos para a Certificação! Os Planos Hidroambientais:
362 isso daqui também já tem passado aqui no CRH e todos os Conselheiros e os membros das câmaras técnicas são
363 convidados quando a gente tem alguma Oficina! Aqui nesse slide, o panorama: hoje nós temos em execução, o Plano do
364 Goiana – já em fase de finalização, no início de 2023; em execução, o Plano Hidroambiental da Metropolitana Norte; o da
365 Metropolitana Sul está em Licitação; o do Sirinhaém está em Planejamento; e os que estão concluídos aí – que não está
366 ilustrado aqui o do Pajeú porque a gente ainda está fazendo uma adaptação. E aí, como **Simone** já anunciou, o
367 Lançamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Pernambuco (PERH/PE): que a Apac também, desde a
368 formulação do Termo de Referência, até o acompanhamento do Contrato, a Mobilização, tem atuado em conjunto com as
369 parcerias que eu mencionei. E lembrar, inclusive, que o Plano é um processo dinâmico – desde o Termo de Referência, a
370 sua elaboração, execução dos programas, monitoramento – o Plano precisa ser implementado! Essa é uma etapa que a
371 gente conclui: a Formulação do Plano! E depois ele precisa ser implementado, através da execução dos programas, e aí
372 ele precisa passar por um monitoramento, uma avaliação e aí esse ciclo continua. A gente tem uma revisão dos
373 programas, um novo ciclo de planejamento. A gente a coincidência, muito feliz, desse processo de Revisão do Plano
374 Estadual, porque o horizonte desse Plano coincide com o horizonte do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), que
375 é 2022-2040! Mas tudo isso a gente vai conversar, com mais detalhes, no nosso evento do dia 15 (quinze) – que eu espero
376 que todos estejam presentes! A gente fez uma divulgação aqui, no nosso “Fala Apac”, sobre o nosso Plano Estadual
377 porque isto é uma ferramenta de comunicação com a sociedade – qual a importância do Plano Estadual de Recursos
378 Hídricos? E aqui nesse slide, é a novidade: o Sistema de Informações de Recursos Hídricos, que nós concluímos
379 recentemente, e ele foi um recurso do Programa de Saneamento Ambiental (PSA), com recursos do BID (Banco
380 Interamericano de Desenvolvimento), do Acordo de Empréstimo, é um investimento de R\$ 1,6 milhões (um milhão e
381 seiscentos mil reais) – é um investimento muito barato, gestão é barato! E é um dos instrumentos da Política Estadual de
382 Recursos Hídricos. Então, o objetivo foi implantar o Sistema de Informações (SI) em tempo real, de informações de
383 Outorgas, Segurança de Barragens, Monitoramento Hidrológico e de Qualidade da Água, Ações de Fiscalização e
384 Meteorologia. Então ele está prontinho, mas ainda não interagindo com o público. O Sistema de Informações também é
385 uma ferramenta de contínuo aprimoramento! Aí nesse slide, no campo das Outorgas: nós avançamos com a questão da
386 Outorga Coletiva, das Outorgas de Águas Superficiais – também com o Sistema de Suporte à Decisão, que acho que já foi
387 apresentado aqui, em outras ocasiões e que virou um case de sucesso nacional. Foi uma parceria, um Convênio que a
388 gente fez com a UFAL (Universidade Federal de Alagoas), com recursos do Progestão, e que confere mais agilidade,
389 eficiência, precisão na análise dos pleitos de outorga. E a Outorga de Água Subterrânea a gente conta muito com as
390 discussões de alto nível na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), que vem para este Conselho sob forma de
391 Proposta de Resolução e a Apac, efetivamente, implementa para a gestão de águas subterrâneas, que é tão estratégia no
392 nosso Estado! Recentemente, a gente apresentou aí, um trabalho no Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste que fala
393 justamente da questão de águas subterrâneas, do papel do Conselho Estadual, do papel da CTAS para o avanço das
394 águas subterrâneas – eu fiz uma Linha do Tempo aqui no slide, que ficou pequena e evidentemente não dá para vocês
395 verem, mas que está neste trabalho, de tudo o que vem acontecendo com a Gestão de Recursos Hídricos Subterrâneos no
396 Estado de Pernambuco – porque ninguém chega onde está, do dia para a noite! Na Fiscalização dos Recursos Hídricos
397 nós avançamos também, novamente com a parceria da UFAL, com o desenvolvimento de um aplicativo móvel – a gente já
398 tem algumas etapas concluídas e outras em fase de testes – é um grande desafio cumprir a fiscalização com a equipe que
399 a Apac tem, em todo o Estado. Então, a gente precisa de ferramentas inovadoras e que tornem o trabalho mais eficiente e
400 ágil! Segurança de Barragens: como eu falei, e **Simone** também já disse, a Apac é o Órgão Fiscalizador, então nós
401 cumprimos a programação de vistorias para o ano de 2022, assim como nos anos anteriores – isso também é meta do
402 Progestão! Isso tudo faz parte do nosso Pacto de Consolidação da Gestão dos Recursos Hídricos, e aqui nesse slide, um
403 produto de uma parceria, que é um Convênio, um Acordo de Cooperação Técnica que nos fizemos: a Apac, o Comitê da
404 Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF) e a Agência Peixe Vivo, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos
405 hídricos na Bacia do São Francisco, que está nos permitindo a identificação remota de pequenas barragens nas Bacias
406 dos rios Terra Nova, Pajeú e Moxotó – isso é um dos produtos, a gente tem um outro produto que é Avaliação da Aptidão
407 dos Solos para a Irrigação, ou da Aptidão Agrícola nessas 03 (três) bacias, por conta do Projeto de Integração do São
408 Francisco (PISF). A ação de Fortalecimento de Comitês e CONSUs: uma Gerência, como eu disse e a gente fez uma
409 parceria com o ProfÁgua para a questão das Capacitações e isso tem sido muito positivo – tanto para os alunos do
410 ProfÁgua como para o sistema! Ai tem também todo um suporte que a gente dá, por exemplo, para o Processo de

411 Alocação de Água nos Reservatórios – com os Conselhos de Usuários (CONSUs). Levamos uma grande delegação para o
412 Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), justamente para estimular o aperfeiçoamento, a troca de
413 experiências com outros entes, inclusive com bacias que praticam, efetivamente, a questão do planejamento do uso do
414 recurso da cobrança para a gestão de recursos hídricos e o Estado de Pernambuco. Os Parques Urbanos, que **Simone** já
415 citou! Além das obras que ela citou, que estão concluídas, em andamento e as que foram paralisadas. A gente tem ainda,
416 em estoque, alguns projetos na Bacia do Capibaribe. Na verdade, esse conjunto de projetos veio, de fato, dos 02 (dois)
417 Planos Hidroambientais, não só do Ipojuca, mas também do Capibaribe. Isto aqui está no contexto de Revitalização de
418 Bacias, do cuidado com a bacia, a janela é para onde nós queremos contemplar, e aí todos se sentem partícipes dessa
419 gestão! Aqui nesse slide, como ação de revitalização também, nós assinamos um Convênio com o MDR, estamos em fase
420 de Licitação, então são duas metas principais. Um Convênio da ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). A
421 Meta1, é o Documento Base do Programa Estadual de Revitalização de Bacias Hidrográficas de Pernambuco – uma
422 parceria que a gente tem com a Semas, já a Apac está coordenando; e a outra Meta 2, que é o Manejo Integrado da
423 Microbacia Hidrográfica da Nascente do Rio Pajeú – para esta ação aqui, nós fomos buscar lá no Plano Hidroambiental do
424 Pajeú, mostrando a importância do Plano, como instrumento de planejamento. Em seguida, a Sala de Situação, e aqui é
425 um grande desafio, e talvez o que mais apareça para a população: a questão dos alertas – Há comunicação aqui como um
426 pilar fundamental – **Simone** falou da história das fake News, e **Ericka** tem um trabalho contínuo, **Ericka** não dorme nunca,
427 e ela é uma “euquipe”, pois só tem ela na equipe dela! Sempre tem alguém ajudando, mas praticamente é só ela! E aí a
428 gente tem também os manuais, o Manual de Operação da Sala de Situação, o Protocolo – que foi aqui comentado por
429 **Simone**, e isso é elaborado na Apac, com um conjunto de instituições e assim, um conjunto de ferramentas: desde
430 modelos até o nosso Parque de Monitoramento, das Estações de Monitoramento, porque sem esses dados observacionais
431 a gente não consegue calibrar os modelos, ter precisão com esses modelos! E aí no slide, as fotos do radar, as imagens
432 de satélite, enfim, um conjunto de ferramentas. Agora, o PISF – isso aqui só, daria uma apresentação de mais de uma
433 hora! Mas a gente tem hoje um grupo de trabalho que integra a Apac e outras instituições aqui, no slide, os usuários, a
434 Amupe, Compesa, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sdec).
435 Hoje, a gente já tem 21 (vinte e um) municípios do Estado de Pernambuco sendo atendidos pela Concessionária, e mais
436 também, um percentual para a agricultura – eu não trouxe os detalhes! Aí do lado de fora da sala, eu trouxe uma Cartilha
437 que foi desenvolvida pela Apac, que é uma Cartilha para, justamente, divulgação da importância do projeto, mais a
438 importância da gestão! Aqui é a obra que custou mais de R\$ 12 bilhões (doze bilhões de reais) a todos os brasileiros – ela
439 está aí, praticamente concluída, faltando alguns complementos nos Estados. E hoje, eu acho que o grande desafio – eu
440 sempre digo isso, é o desafio da gestão, para que essa água seja usada com eficiência e não só para o abastecimento,
441 porque o PISF é também um programa, um projeto de desenvolvimento regional! E nesse slide, algumas ações de
442 Capacitação: Cursos EAD, participação em Congressos, apresentação de trabalhos, trocas de experiências no âmbito do
443 Progestão, Oficinas promovidas pela ANA – neste ano, a gente falou sobre a questão do Monitoramento e também do
444 Enquadramento – que a gente ainda nem tem, efetivamente, aprovado! E nesse outro slide, eu queria destacar a
445 importância da pesquisa – a gente colocou, acho que vocês lembram muito bem, um recurso do FEHIDRO em um Edital
446 Facepe/Apac, onde foram selecionados 06 (seis) projetos com UFPE, UPE, UFRPE – vários departamentos, várias áreas
447 do conhecimento. E esses projetos estão efetivamente dando frutos: Segurança de Barragens, Monitoramento da
448 Qualidade da Água! Esse aqui no slide é um Aplicativo para o Monitoramento, para a Fiscalização – que está sendo
449 finalizado pelo Centro de Informática, pelos professores, uma equipe do Centro de informática. E um outro projeto que é
450 institucional, que é um pesquisador-mentor da Facepe, que a gente tem uma equipe de professores, pesquisadores e
451 alunos, que se ocupam dessa interação das demandas do Sistema de Gestão da Apac e do que eles podem produzir, em
452 termos de ferramentas! Inclusive, ontem e hoje, está acontecendo um Workshop: Geotecnologias na Gestão dos Recursos
453 Hídricos, com divulgação de ferramentas que a gente já está usando no PISF, e tende a usar mais para outras ações da
454 Apac. Então, esse é o apoio que eu falo das parcerias e em ciência e tecnologia! Temos também Ações de Educação
455 Social e Divulgação: a gente é muito demando para apresentações em escolas, visitas na Sala de Situação, enfim. E uma
456 série de ações que a gente faz também, através das redes sociais, elas têm sua importância. Ferramentas como podcasts,
457 enfim – a gente sempre investe nisso! Aí nesse slide, algumas premiações que a Apac recebeu: o Amigo da Defesa Civil e
458 a Medalha do Mérito Judiciário, que a nossa equipe recebeu – que na verdade, acho que só tem dois integrantes, do
459 geoprocessamento, com produtos do PE-3D. Agora, os Desafios: eu coloco aqui como desafios: Monitoramento de Águas
460 Subterrâneas; Projeto Piloto de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA-Ipojuca) – isso são ações que a gente não
461 conseguiu avançar, que sempre tem algum avanço, mas não conseguiu, eu acho que num nível satisfatório; a execução do
462 Convênio com o MDR é um grande desafio – a gente avançou na proposição do Convênio, mas agora tem a execução

463 efetiva; o Plano Estadual de Recursos Hídricos de PE (PERH/PE) – como eu disse, agora a gente entra numa etapa de
464 implementação, e vocês vão ver aí no evento que, em quatro Eixos Temáticos, a gente tem 24 (vinte e quatro) programas
465 e 81 (oitenta e uma) ações elencadas, e boa parte delas está atribuída à Apac, claro, sempre integrando com outros entes
466 do sistema; Sistema de Alerta do Una, que é um desafio que a gente está buscando vencer com uma parceria com o
467 Cemaden; o Enquadramento, que a gente avançou no estudo, numa proposta de Resolução, que veio para esse Conselho
468 – entrou numa discussão numa Câmara Conjunta – **Simone** já citou aqui, mas a gente não conseguiu a aprovação para a
469 efetiva implementação; a Cobrança, que acho que todo mundo aqui conhece um pouco da história também – a gente já
470 tem uma minuta de Projeto de Lei aprovada neste Conselho, no final de 2019, mas por uma série de questões, inclusive, a
471 Pandemia, a gente não efetivou isso. E a Cobrança é um instrumento efetivo de gerar recursos para a gestão de recursos
472 hídricos; e a Operação Comercial do PISF, que agora a gente entra numa nova fase – fizemos várias tentativas conjuntas
473 com os outros Estados, com o MDR, com a ANA, de chegar numa proposta de um Contrato para começar a pagar pelo
474 serviço, porque alguém está pagando, e não são os Estados! E nós, que já estamos recebendo água desde 2018, eu acho!
475 As Perspectivas: eu queria focar nas coisas que eu já falei, e aí não dá para entrar no detalhe nos nossos Programas de
476 Cooperação, nas nossas parcerias. E aqui, ohá duas semanas, foi aprovado o Ciclo III do Progestão – do Programa de
477 Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, com a ANA, em todos os Estados. O outro programa que foca no
478 monitoramento da qualidade da água, rios e reservatórios (Qualiágua) e a gente executa isso em parceria com a CPRH
479 (Agência Estadual de Meio Ambiente) e o Procomitês, que é o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de
480 Bacias Hidrográficas, que tende a ser incorporado ao Progestão. Além disso, as perspectivas são os Projetos de
481 Pesquisas, sempre – a Apac formulou, junto com a Secti e a Facepe, um Edital e já foram selecionados, acho que 08 (oito)
482 projetos de apoio a Projetos de Prevenção, Preparação e Mitigação de Incidentes Climáticos em Pernambuco – justamente
483 pelos eventos extremos que nós tivemos neste ano, um do INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) foi aprovado
484 recentemente, pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e que tem como foco a
485 Segurança Hídrica e a Gestão Adaptativa – a Apac está formalmente inserida nesse projeto! E alguns outros: tem aí um
486 Projeto Rede Pernambuco Alagoas (REALPE), de Monitoramento e Previsão de Eventos Extremos, com desenvolvimento
487 de um sistema automático, em tempo real, para assimilação, identificação e preenchimento de falhas da precipitação,
488 enfim. Acho que essas são as nossas parcerias e os nossos insumos do lado da ciência e da inovação! Cria colocar aqui,
489 como perspectivas, também, a criação dos Escritórios Regionais da Apac – isso foi aprovado no contexto da Carta-
490 Consulta que **Simone** já citou aqui, do COFIEC – a Apac tem algumas ações previstas ali, como estruturadoras, visando à
491 consolidação do órgão que implementa a política de recursos hídricos. E acho que é isso, de forma muita rápida, estou à
492 disposição, e algumas dessas apresentações, inclusive, alguns temas estão em vídeo no YouTube, estão na página da
493 Apac. Eu estou à disposição, obrigada!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “Obrigada, **Suzana**, pela sua
494 apresentação! Vamos dar sequência a nossa pauta de reuniões. O Conselheiro **Ricardo Braga** pediu a palavra.” **Ricardo**
495 **Braga (ANE):** “Eu ia fazer duas perguntas, mas não vou fazer não, porque a reunião já avançou bastante no tempo, aí eu
496 queria fazer uma colocação, em relação à gestão de recursos hídricos, pela SERH e pela Apac, nesses últimos anos. Eu
497 me lembro de que há quatro anos, a gente estava no Auditório da FIEPE, mas não aqui, lá em cima, e eu dizia que
498 estávamos precisando de alguns neurônios a mais. E agora eu vejo esses neurônios funcionando! Acho que a Apac deu
499 um salto qualitativo no seu nível organizacional, e a SERH no seu nível de planejamento – que caiu muito depois que
500 **Almir Cirilo** saiu, pois parecia que a SERH estava “batendo cabeça” durante algum tempo, sem saber para onde é que
501 iria! E aí, eu queria registrar exatamente, essa questão da contribuição para a gestão pública, de pessoas que estão
502 envolvidas com a temática, no caso, da água, mas que necessariamente não são políticos – no sentido estrito da palavra,
503 da política partidária, por exemplo. E eu identifico isto como uma saída da zona de conforto dentro da universidade, em
504 nome de um desafio, que a pessoa se sente motivada a segurar na mão para realizar. E evidentemente, que quando
505 chega, identifica claramente, que existe uma diferença entre querer e poder fazer! Esse gap entre as duas coisas poderiam
506 levar a frustração no final de uma gestão, mas também a identificação de que a possibilidade de efetivamente fazer tudo o
507 que se quer é praticamente impossível – só numa ditadura seria possível, mesmo assim esse querer seria de uma pessoa
508 só, e não do coletivo! E evidentemente, que a curto ou médio prazo, terminaria “caindo por terra” – que é o que acontece
509 com as ditaduras! Numa democracia o processo é muito mais complexo, mas também muito mais estável, sob o ponto de
510 vista ecológico, inclusive! Então, eu salientaria aqui dois pontos, que eu acho que são importantes: um primeiro é ver a
511 integração da SERH com a Apac – eu senti, claramente, que aumentou essa integração das duas instituições, levando a
512 um salto no nível organizacional! E esse salto se evidencia, por exemplo, num sentimento de equipe, que eu sinto – não só
513 dos Diretores, mas das Gerências e dos técnicos também! Então, esse sentimento de equipe, de estar jogando junto,
514 querendo metas e chegando lá, eu senti isso como um ponto importante; e o segundo, é o reconhecimento de que não se

515 pode fazer gestão sem informação! Então, esse “catatau” de informações que vocês colocaram aí na tela – que até certo
516 ponto cansa, de tanta informação, e tem detalhamento em cada um desses pontos – parece que não é nada, mas é muita
517 coisa! Porque para fazer, tomar decisão de fazer uma barragem e construir a barragem é preciso dessas informações
518 todas e assim por diante. Então, o sentido da informação para a gestão está muito claro, e esse é um papel da SERH e da
519 Apac! E, finalmente, eu queria registrar aqui que a ANE, a Associação Águas do Nordeste, resolveu trazer para aqui hoje,
520 esse livro que as pessoas receberam – quem não recebeu pode procurar lá, é de graça! E que tem como um dos autores
521 **Simone Rosa**. Esse livro foi escrito a quatro cérebros, portanto a oito mãos, um pouquinho antes de **Simone** assumir a
522 SERH, e agora nós trazemos esse livro como uma forma de homenagem a ela, no sentido de que, ela voltando para a
523 Academia está reencontrando aquilo que ela produziu há um pouco mais de quatro anos atrás. Então, é isso que eu
524 gostaria de dizer, muito obrigado!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Muito obrigada pelas palavras,
525 **Ricardo**, especialmente a parte que me toca! Eu queria registrar que foi uma surpresa para mim, você trazer esse livro,
526 mas que eu fiquei muito feliz de várias parcerias que já tivemos aí, e outros livros que já publicamos em conjunto, e
527 certamente retorno para a Academia com uma grande bagagem de contribuição à Academia e também à disposição para
528 contribuir! Vamos dar sequência a nossa pauta, ao nosso próximo ponto de pauta, entramos então nas deliberações. O
529 nosso primeiro ponto de deliberação é a aprovação da Ata da reunião anterior, da reunião do dia 08 de setembro de 2022:
530 nós enviamos no ato da Convocação dessa reunião, a Ata, que sempre é um documento de dezenas de páginas, muito
531 extenso, já para que os Conselheiros tenham o tempo necessário para que façam a leitura e possam propor alterações ou
532 complementações, se assim julgarem pertinentes. Informo que, após o envio dessa Ata, um dos conselheiros se
533 manifestou por e-mail, já pedindo uma alteração, que foi a inclusão do seu nome, é o representante das Prefeituras da
534 Região do Sertão, da Prefeitura de Salgueiro, o Sr. **Erivaldo Pedro Pereira**. Então, ele disse que participou remotamente,
535 e nós omitimos o nome dele por que não o identificamos devidamente no chat da reunião, mas já fizemos a correção, que
536 está na tela agora. Então, essa foi a única alteração que fizemos na Ata que foi enviada, do arquivo que foi enviado aos
537 senhores – duas alterações, na verdade: o **Erivaldo Pedro (Representante do Sertão)** e o **Cristiano José (Presidente**
538 **da ABES/PE)**, que estão destacados, aí na tela, em amarelo na própria Ata. Então, eu consulto aos conselheiros, se há
539 alguma sugestão de alteração, de correção, de complementação? Se houver, que se manifestem agora! Então, não temos
540 nenhuma manifestação, então consideramos a **ATA da LV Reunião Ordinária do CRH, do dia 08/09/2022, por**
541 **unanimidade, com as duas alterações que foram aqui colocadas, com as inclusões dos dois participantes**. O conselheiro
542 **Jorge Fieza** pediu a palavra.” **Paulo André (Associação Fazenda Fieza)**: “Eu **Paulo André Fieza** e o pai do **Jorge Fieza**,
543 da Associação Fazenda Fieza. É uma sugestão para as próximas reuniões: que seja introduzido, no momento da
544 aprovação da Ata, um resultado, uma resposta, uma repercussão dos encaminhamentos dessa Ata. Então, todos os
545 encaminhamentos que foram feitos, a gente aprova a Ata e não sabe o que aconteceu com aqueles encaminhamentos –
546 não tem andamento, não tem acompanhamento. Então, é uma sugestão para que, nas próximas reuniões, a partir do ano
547 vindouro, seja introduzida essa prática de ter, durante a aprovação, já os resultados dos encaminhamentos que foram
548 dados – se teve andamento, se não teve, qual foi a dificuldade? Para que a gente possa, realmente, acompanhar aquelas
549 discussões que começamos na reunião anterior, obrigado!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Obrigada,
550 pela sugestão, conselheiro **Paulo André**! Alguns dos assuntos que a gente delibera, realmente, não há encaminhamento!
551 Quando é uma Resolução, que foi deliberada, que foi aprovada. Então, grande parte, realmente não tem encaminhamento
552 – a gente delibera, aprova a Resolução e aqui se encerra! E outros, a gente faz uma Moção, encaminha um ofício, mas de
553 toda forma vamos registrar, para que os assuntos em que houver um encaminhamento, digamos que a gente faça uma
554 “memória” para dar o retorno de que houve um encaminhamento, mas a maior parte deles – como na pauta de hoje, a
555 gente tem deliberações, aprova ou não aprova, e não tem, de fato, uma continuidade. No caso, a reunião de hoje, a Ata
556 não teria encaminhamentos.” **Ricardo Braga (ANE)**: “Aproveitando a sugestão de **Paulo**, que me parece pertinente,
557 nesses casos em que realmente houver uma sugestão e um compromisso de encaminhamento de alguma coisa. E nesse
558 caso, estou com a Ata aqui na minha frente e está registrado – estou com ela aqui no meu celular, e como não tem número
559 de linhas – as linhas me aparecem aqui sem os números, então eu não posso dizer onde é que está propriamente dito,
560 mas é um tema que veio à tona durante, pelo menos, três reuniões do Conselho, e na última reunião do CRH, em que eu
561 levantei a questão de uma compatibilização normativa da questão dos poços, em relação ao Licenciamento Ambiental da
562 CPRH e a Outorga de Uso da Água, houve um compromisso da SERH e da Apac, para fazer gestões junto à Secretaria de
563 Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco (Semas) e a CPRH, no sentido de equalizar essa questão! Claro,
564 vamos ver daqui a pouco, Resoluções, em que busca contorna isso, em relação às águas subterrâneas, mas é apenas
565 contornar a situação, porque ainda permanece essa dicotomia ou, quase que, essa diáspora, para ser mais claro, entre a
566 CPRH e a Apac, quanto à questão dos poços. O que é que a CPRH faz licenciando poços, que a Apac não possa fazer, ou

567 que esteja fazendo, em relação, por exemplo, às informações sobre qualidade físico-química e microbiológica? Vazão, sob
568 o ponto de vista da exaustão do manancial, e assim por diante. Então, eu queria saber, da Apac e da SERH, que
569 encaminhamento foi dado, depois dessa reunião? Se, de fato, houve uma gestão junto ao lado ambiental?" **Simone Rosa**
570 (**Secretária Executiva do CRH**): "Ok, estou lembrada sim, é inesquecível essa discussão, **Ricardo!** Inclusive, conversei
571 diretamente com Suzana – ela se ausentou agora, por alguns minutos, e logo deve estar retornando – não sei se você quer
572 aguardar, mas como é uma interação diretamente CPRH e Apac – e eu sei muito bem disso, porque mesmo antes de estar
573 na SERH, ocupei por muito tempo a Gerência de Outorga e Cobrança, na Secretaria, então eu trabalhava direto com a
574 CPRH. Então, é uma integração que tem que ser feita diretamente com a Apac! De toda forma, eu vou passar a palavra
575 para **Crystianne**, que é Diretora de Regulação da Apac (DRM-Apac), para ver se ela pode nos adiantar aqui, alguma
576 informação. Bem, **Suzana** chegou neste momento! Eu vou recapitular, brevemente, e você me complementa, se
577 necessário, **Ricardo**. **Suzana, Ricardo** estava colocando aqui, justamente a questão da integração entre Outorga e
578 Licenciamento Ambiental – na verdade, entre CPRH e Apac sobre a questão das outorgas subterrâneas. Então, **Ricardo**
579 estava questionando se houve alguma ação da Apac junto à CPRH, parafraseando **Ricardo Braga**: "para resolver a
580 diáspora" – e se precisar, você me complementa, por favor, **Ricardo!**" **Suzana Montenegro (DP-Apac)**: "Ricardo, a gente
581 fez várias tentativas de reuniões, inclusive, porque a gente tem uma pauta com a Semas e com a CPRH, a gente tem
582 algumas ações conjuntas, mas elas não se concretizaram por conta das Agendas. **Lorenzza** fez todas as tratativas
583 necessárias, mas a gente não conseguiu! Isso está na nossa pauta, numa pauta conjunta, enfim, devia ter colocado aí
584 como um desafio!" **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: "A reunião está sendo gravada para fazer a
585 transcrição. Obrigada, **Ricardo!** Então, seguindo na pauta das deliberações, **Gizélia** vai apresentar na tela o Calendário
586 com sugestões de datas para as reuniões do CRH em 2023. Como é de praxe, na última reunião do ano, nessa reunião, a
587 gente submete aqui a aprovação do Plenário o Calendário das reuniões para o ano seguinte: e aí a gente faz uma proposta
588 de datas, seguindo os critérios que a gente costuma colocar as reuniões na quinta-feira, mas eventualmente, em alguns
589 meses, em função de feriados, e aí a gente transfere para um dia anterior. Então, essas no slide são as propostas que
590 trazemos, que tradicionalmente a gente segue os meses de março, e agora a partir de 2022, junho, setembro e dezembro,
591 e temos aí então a proposta do Calendário/2023, ficou: 23 de março (numa quinta- feira); 07 de junho (uma quarta- feira);
592 06 de setembro – antecipando, por conta do feriado do 07 de setembro; e 07 de dezembro – antecipando, como a nossa
593 reunião de hoje, para a gente fugir do feriado de 08 de dezembro. Então, é um Calendário de Reuniões Ordinárias, as
594 Extraordinárias acontecem por Convocação a qualquer tempo, e pergunto se algum dos conselheiros tem alguma
595 restrição, ou acham desfavorável alguma dessas datas, ou podemos aprovar, conforme proposto, o Calendário para as
596 Reuniões de 2023? Então, como não temos nenhuma manifestação contrária, o Calendário para as Reuniões Ordinárias
597 do CRH para 2023, está aprovado por unanimidade! Então, nós passamos às Resoluções, que são oriundas de
598 discussões nas câmaras técnicas, para que sejam então deliberadas. Então, eu convido a, agora conselheira **Cássia**, que
599 é também a Coordenadora da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), para ela expor – na verdade, vai ser uma
600 sequência de assuntos que serão expostos, serão três, mas vamos apresentar um de cada vez. Para iniciar, a primeira
601 Resolução que estabelece os prazos de vigência das outorgas do direito de uso dos recursos hídricos e dá outras
602 providências. Então, eu convido **Cássia** e desde já agradeço pela sua atuação, bastante proativa aí nas câmaras técnicas!
603 Quem conduziu o trabalho. Vou deixar para a própria **Cássia** expor a questão que houve o Grupo de Trabalho (GT), com
604 componentes de diversas câmaras técnicas, e aí você vai historiando aqui, para os conselheiros. Por favor, **Cássia.**"
605 **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: "Sou **Olímpia Cássia de Sá Araújo** – porque, às vezes, o pessoal lê
606 o **Olímpia** e não associam a mesma pessoa, pois quando eu cheguei a recepcionista achava meu nome na relação, mas
607 não encontrava meu crachá – por esse motivo. Na realidade eu sou da Apac, estou à disposição do IPA, e o IPA me
608 colocou agora como conselheira pelo IPA, no assento da SDA – porque é conjunto, SDA e IPA – no caso eu represento o
609 IPA, da SDA é **Thais**, mas ela não está presente! Como Coordenadora da CTAS, a gente participou de uma reivindicação
610 da Apac, que era sobre prazos, que eram definidos em algumas Resoluções, e que ela ia contraposto, mais ou menos,
611 contra algumas normativas da própria Apac. E aí, a Apac solicitou que fosse visto, para fazermos uma revisão em relação
612 àquelas situações, porque ela vinha trabalhando com um prazo e a Resolução estabelecia outros prazos – isso foi
613 reivindicado diretamente à CTOC, que é a Câmara Técnica de Outorga e Cobrança. Nessa reivindicação, a própria CTOC
614 chamou as outras câmaras técnicas, para já participar da reunião em que ela iria discutir isso, porque ela imaginava que
615 precisaria da anuência dos outros, porque ela sozinha não dominaria aquele assunto, porque o assunto tinha sido de uma
616 Resolução feita na gestão da coordenação do professor **Waldir**, que está aqui presente e que ela não tinha competência
617 para, tecnicamente, dizer o porquê daquela condição e daquele prazo. Em função disso, lá na própria CTOC, criou-se um
618 Grupo de Trabalho (GT), e esse GT teve a participação da Apac, da CTALI que é de Assuntos Legislativos e Institucionais,

619 houve a participação da CTAS e a própria CTOC. Essa foi a definição do GT que foi criado. Tivemos algumas reuniões
620 extras, algumas articulações à parte, e oficiais, tivemos três reuniões. Dessas três reuniões, nós tomamos como princípios
621 que o correto, o melhor para você manter uma regularidade e facilitar a vida dos usuários, era colocar o maior tempo
622 possível e focar na fiscalização posterior. Mas a outorga em si, a concessão, poder ou não poder realizar, a gente queria
623 dar um tempo máximo e que fosse compatível! Então, em cima disso os tempos máximos, todos foram realmente
624 estendidos, e aí se utilizou os princípios: tinha que estar tudo dentro da legalidade, então o princípio era o máximo de 30
625 (trinta) anos – que é a Lei Federal. O que pudesse ser dentro da Lei Federal, a gente colocou. A participação da Apac foi
626 fundamental. A normatização da Apac, de Tipologias foi fundamental e foi com base nela que a gente seguiu isso, e com
627 os princípios técnicos, com a participação do professor **Waldir** e outros membros mais – **Itamar** também, que estava aqui
628 presente, também esteve. Este GT chegou a esses prazos máximos. Então, o princípio é: você dá a outorga e obriga que
629 haja uma constância na regularidade das informações – então, utilizamos esses princípios! Autorização Administrativa
630 eram 05 (cinco) anos, passou para 10 (dez) anos – está aqui no slide: Autorização Administrativa – eram cinco e passou
631 para dez anos; Concessão Administrativa, que é o caso, por exemplo, da Compesa e algumas Prefeituras, eram 10 (dez)
632 anos e passou para 20 (vinte) anos; construção de obra hidráulica, acho que era só 05 (cinco) anos, e passou para 10
633 (dez) anos ou o tempo da duração da obra; e já para regularização e operação de obra hidráulica, que seria o caso de
634 barragens, a gente optou por 30 (trinta) anos, porque o princípio do pessoal que trabalha com barragem é que, uma vez
635 construída a barragem, ela está outorgada daí para a frente você precisa ter o controle, todos os relatórios e toda a
636 manutenção com relação a isso! Mas a obra em si, não necessariamente precisaria ficar sendo outorgada continuamente.
637 Embora eu faça parte de águas subterrâneas, no GT tomou-se o princípio de que: toda e qualquer outorga, independente
638 se é água subterrânea ou não, ela viria para essa Resolução, e aqui ficariam todo e qualquer tipo de outorga; Aqui,
639 máximo de 10 (dez) anos ou a validade do título minerário – aqui eram 03 (três) anos, porque se o título minerário é de 10
640 (dez) anos, não justifica eu ficar tendo que, a cada 03 (três) anos, a cada ano, ficar levando – então, o limite é esse aqui;
641 nesse outro item, que é o Termo de Alocação de Água para Outorga Coletiva – eu não sei se vocês conhecem, mas isso
642 aqui tem uma Resolução que regulamenta esse tipo de Outorga Coletiva, que é quando há conflito e você tem que fazer o
643 Termo de Alocação. Eu acho que **Paulo André** conhece bem essa condição do Termo de Alocação para Outorga Coletiva.
644 Vejam, no caso de outorgas, as isenções não são autodeclaratórias – ela precisa que o requerente solicite um Termo de
645 Isenção – no caso, requeira uma Declaração de Isenção – tanto à CPRH quanto a Apac, ambos fazem isso; e outras
646 declarações e atos, que sejam referentes ao processo de outorga, são no máximo de 02 (dois) anos. Então, se alguém
647 tiver alguma dúvida a mais, foi um trabalho exaustivo, com muita gente de várias especialidades, principalmente a área de
648 construção de barragens foi **Clenio e Felipe**, de lá Apac – foram os dois que nortearam! ” **Pedro Duque (Sindicato das**
649 **empresas produtoras de camarão, moluscos e beneficiamentos do Estado de Pernambuco)**: “Estou aqui como
650 ouvinte, até falando, não é? E as fazendas de camarão de Pernambuco, diferente de outros Estados, elas são exigidas de
651 outorga de água – apesar de água marinha! 90% (noventa por cento) das fazendas captam água na região estuarina – e já
652 existe um estudo da Apac, quanto ao vaso comunicação da estação de captação – onde sofrem influência da maré,
653 normalmente salidade acima de 19 (dezenove) partes. O entendimento da ANA é que não deveria existir a outorga de
654 água para água do mar, porém existe uma questão de semântica, do tipo: que a água do mar é a captada no mar ou
655 aquela que adentra ao estuário, também é água do mar? Existe no Estado de Pernambuco uma fazenda que é dispensada
656 de outorga, porque a captação dela, de fato, é no mar! Estados como o Ceará e Rio Grande do Norte não exigem outorga
657 da água, ao mesmo tempo, em Pernambuco é exigido para essa água, mesmo comprovando! A gente está trazendo um
658 documento, como sugestão, para na pauta da próxima reunião, do próximo ano, para que essas fazendas que captem
659 água marinha, mesmo que do estuário, sejam dispensadas de outorgas, ou tendo essas outorgas com prazo mais longos,
660 principalmente os pequenos produtores, que têm grande dificuldade de juntar essa documentação e de requerer as
661 outorgas junto à Apac – isso seria uma desburocratização importante para isso.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora**
662 **da CTAS)**: “**Pedro**, a minha área de especialidade é poços, água subterrânea, desses outros eu tenho um conhecimento,
663 mas não o suficiente. Eu nem sei nem te dizer, com precisão, onde essa outorga se enquadraria, mas vou pedir aqui a
664 ajuda dos outros colegas aqui, que vai saber dar esta informação.” **Simone Rosa (Secretaria Executiva do CRH)**: “Só
665 para registrar: eu entendi a demanda, **Pedro**, e realmente existem diferenças e só como esta reunião está sendo gravada,
666 então a Diretora de Regulação da Apac, **Crystianne**, vai dar um breve esclarecimento, mas que foge um pouco da pauta.
667 Então, bem rapidamente, **Crystianne**, e aí a gente vai incluir e até ver como isso pode depois conduzido, mas não era o
668 foco aqui, desse ponto de pauta!” **Crystianne Rosal (DRM-Apac)**: “A Apac é executora da política, então a gente cobra a
669 outorga no que está estabelecido em Leis, Decretos ou Resoluções. Então, atualmente não existe nada que, legalmente,
670 isentaria esse tipo de captação em estuário – o estuário é uma parte de um rio e a gente cobra a outorga por ser parte do

671 rio! Inclusive, no passado, a gente teve uma conversa até com **Wellington**, do COBH-Goiana, que nos questionou isso, e a
672 gente sugeriu que: como está na Lei que o COBH é quem determina as Isenções de Outorgas, que eles pautassem isso
673 dentro do COBH! E aí eles poderiam criar uma Resolução, que posteriormente iria ser submetida ao CRH, e dar essa
674 Resolução – existindo um instrumento legal, a Apac faz cumprir e isentaria de outorga esses usuários.” **Simone Rosa**
675 (**Secretária Executiva do CRH**): “Obrigada, **Crystianne**, pelos esclarecimentos, que não interfere na deliberação dessa
676 Resolução!” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Eu acho que, quanto a Resolução, se alguém tiver
677 mais alguma dúvida, eu posso esclarecer – caso contrário, **Simone**, é com você.” (**Secretária Executiva do CRH**): “Ok! O
678 conselheiro Ricardo Braga pediu a palavra.” **Ricardo Braga (ANE)**: “**Cássia**, dentro desse Artigo 2º, e talvez até no outro
679 Artigo, em seguida, se fala no Prazo Máximo. Agora, pensando em relação ao usuário, qual seria o Prazo Mínimo? Porque
680 o usuário entra com o pedido e o técnico da Apac vai estipular um prazo: o máximo é de 30 (trinta) anos, de 10 (dez), ou
681 de 03 (três) anos, mas qual é o mínimo? Ele pode, discricionariamente, estabelecer um prazo menor do que esse máximo?
682 Como é que fica essa tomada de decisão – diante dessa Resolução?” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**:
683 “**Cássia**, só um minutinho antes de você responder. Eu só queria fazer só uma complementação, que eu ia até fazer antes,
684 mas agora ela ficou até mais oportuna! Que, quando está colocado aqui, no Artigo 2º: “Os atos administrativos
685 relacionados com as outorgas do direito de uso dos recursos hídricos terão os seguintes prazos:” e aí coloca: “máximo de
686 10 (dez) anos” – talvez fosse mais adequado, é a minha sugestão: “terão os seguintes limites de prazos:” Porque na
687 verdade, nas alíneas “a”, “b” e “c” não está definido o prazo em si – não diz que o prazo é 10 (dez), que o prazo é 05
688 (cinco) – Diz que o prazo é máximo! Então, na verdade, é um limite, e não é o prazo propriamente dito – foi dito isto e
689 encerra! Então, quando **Ricardo** levantou a questão, ficou ainda mais evidente – porque, na verdade, a definição não é
690 exata, tem o Limite Máximo, mas eu vou deixar que **Cássia** nos esclareça.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da**
691 **CTAS**): “Então eu vou colocar o meu entendimento, porque como eu fui Coordenadora deste GT, é por isso que estou
692 tentando explicar. Quando a gente coloca o tempo máximo, a Apac é que, no caso, colocou que ela vai trabalhar
693 praticamente com esses prazos máximos, mas existem alguns casos que, por exemplo, estão aqui descritos, que pode ser
694 que, de repente, por algum motivo, haja algum estudo de algum aquífero, alguma coisa desse tipo, e esse estudo dê uma
695 limitação diferente disso. Então, na Lei Federal está lá: “máximo de 30 (trinta) anos” para todas essas – a gente viu isso! E
696 aí, qual é o mínimo? Em alguns casos você tem, por exemplo, quando você faz uma outorga dessa, existem alguns
697 documentos que você anexa. E aquele documento também, de alguma forma, está limitando! Mas a validade, ela vai sair
698 como “com 10 (dez) anos”. Só que no dia que o documento que instruiu o processo perde a validade, ele tem que dar
699 entrada ou atualizar aquele documento, para que ela passe a ter a sua validade – caso contrário, ela perde a validade
700 naquele dia, porque aquele documento perdeu a validade! É por isso, que a definição não seria de 10 (dez) anos,
701 especificamente. **Clenio**, se você puder me ajudar eu vou achar ótimo, porque **Clenio** participou efetivamente, pois além
702 das três reuniões, nós tivemos reuniões em particular: **Clenio, Sandra**, eu e mais um pessoal, algumas outras pessoas da
703 Apac – esse é o meu entendimento!” **Clenio Torres (GROC-Apac)**: “**Ricardo**, é o seguinte: é mais ou menos como
704 **Cássia** disse aí, realmente, ou seja, nós criamos as restrições com relação ao tempo máximo – como está lá, o tempo
705 máximo que pode ser dada a outorga. A ideia é que isso aí seja seguido, ou seja, se não houver nenhuma indisposição
706 quanto a esses prazos previstos – nada técnico, nada que leve a uma necessidade de você ser mais restritivo, você vai
707 adotar esses prazos. Se caso haja alguma coisa que leve a uma condição mais restritiva, o ato não é completamente
708 discricionário – assim como você colocou e ele tem que estar embasado em alguma coisa. Ele é discricionário sob o ponto
709 de vista que o Estado tem o poder de decidir, mas ele tem que estar vinculado a alguma condição técnica ou administrativa
710 que leve à necessidade de reduzir esses prazos. E aí, no desenvolver do processo, a ideia é que sejam feitas Resoluções,
711 que surjam de formas restritivas, e aí, feitas pela própria Apac! A Apac pode criar Resoluções que restrinjam esses tempos
712 em relação às condições que forem sendo verificadas. A outorga é uma coisa muito dinâmica, que eu acho que quem
713 trabalhou com a outorga – **Simone** trabalhou com outorga, **Crystianne** trabalhou com outorga, eu já trabalhei muito com
714 outorga. Cada mês que passa você tem “n” coisas que chegam, que criam uma configuração diferente – porque você não
715 consegue abranger tudo. Então, por isso que eu disse que a ideia é essa, e discricionariamente, com um pouco vinculado
716 às condições que você encontra, e você vai adotando os prazos diferentes, desde que justificado.” **Ricardo Braga (ANE)**:
717 “A sugestão que eu daria, porque essa dubiedade não é boa para o usuário – ela pode ser boa para quem outorga, mas
718 para o usuário não é! E nós não teremos, sempre, um **Cleninho** junto, para assinar o documento lá! Mas a sugestão, então
719 seria o seguinte, no Artigo 2º: “terão os seguintes prazos: 10 (dez) anos, 30(trinta) anos, 20 (vinte) anos, etc.” E aí viria um
720 “Parágrafo Único: em casos tecnicamente justificados, poderá ser reduzido esse prazo”, porque nesse caso aí, a gente
721 teria o direito do outorgante de alterar esse prazo – que seria já pré-estabelecido, para menor, no caso de tecnicamente
722 justificável. Então, ele teria que ter um documento técnico, embasando a alteração para menos, mas não havendo esse

723 documento, fatalmente seria o prazo que está aí – não é o máximo, “é o prazo de” – percebem a diferença? Então, essa é
724 a sugestão: tira “máximo”, tira o “limite”, e coloca o prazo estipulado – pronto, é sagrado isso aí! Agora, se houver uma
725 mudança para menos, tecnicamente justificada – naturalmente, que seria por um documento, e aí o outorgante reduziria
726 esse prazo – acho que vai ao encontro do que **Clenio** colocou, mas deixaria mais claro na Resolução, sem ficar à mercê
727 de outras Resoluções ou Portarias que a Apac venha a assumir!” **Paulo André (Associação Fazenda Fieza):** “Eu diria
728 até, da possibilidade da redução do prazo, porque não seria só a mudança – porque pode mudar para mais. Então seria:
729 “devidamente justificada” e esse prazo ser reduzido.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “Eu consulto
730 primeiramente a Apac, se está de acordo, porque é a Autoridade Outorgante aqui?” **Clenio Torres (GROC-Apac):** “Eu me
731 sinto na liberdade até de opinar porque eu participei do GT e eu concordo com **Ricardo**, pois eu acho que isso aí vai tirar a
732 necessidade, inclusive, de novas Resoluções – deixa a coisa mais clara e sem a burocracia de novas Resoluções,
733 inclusive, revoga a da Apac, automaticamente – como eu estava conversando aqui, com **Crystianne**, pois ela vai de
734 encontro a essa Resolução que é do CRH, então a da Apac que já existe, não precisaria nem se revogada, pois ela estaria
735 automaticamente sem valor! Eu concordo plenamente com **Ricardo!**” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da**
736 **CTAS):** “**Gizélia**, aí no slide, exclua o “de” também – fica direto! E lá em cima, sai também “limites de”. Ficando: “seguintes
737 prazos” – direto! E no Parágrafo Único a gente coloca: “salvo” – como estão noutras Resoluções. A gente tem nas outras
738 Resoluções, a gente tem exatamente esse Parágrafo que diz: “salvo à critério da entidade outorgante, devidamente
739 justificado” – a gente coloca aí, nas mesmas condições! Nas Resoluções seguintes a gente tem alguma condição disso.”
740 **Waldir Costa (Unieco e CTAS):** “Eu queria só identificar os casos que podem ocorrer, conforme **Ricardo** acabou de falar.
741 Existem várias situações em que é necessária essa redução, por exemplo, uma superexplotação do aquífero, com
742 depressão muito acentuada da superfície potenciométrica. Outro exemplo: intrusão marinha no aquífero costeiro. Então,
743 são várias situações que podem ocorrer – e já ocorreram, inclusive aqui em Pernambuco, inclusive resultou na proibição
744 de novas captações na Zona “A” daquele Plano de Gestão, que correspondia a Zona de Boa Viagem. Então, várias
745 situações podem ocorrer e já ocorreram aqui. Então, é plenamente justificável a inclusão desse Parágrafo Único,
746 mostrando a possibilidade de redução do prazo. Só isso, obrigado!” **Paulo André (Associação Fazenda Fieza):** “O que o
747 professor **Waldir** falou eu acho interessante! Então, seria que esse prazo poderia ser mudado, ou revogado, com critério
748 técnico.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS):** “Tecnicamente justificado!” **Paulo André (Associação**
749 **Fazenda Fieza):** “Tecnicamente justificado – para mudança do prazo ou revogação”. **Cássia Araújo (da SDA e**
750 **Coordenadora da CTAS):** “Em vez de “devidamente”, colocar: “tecnicamente justificado”. **Paulo André (Associação**
751 **Fazenda Fieza):** “Ok, mas para mudança desse prazo, ou revogação, porque vamos supor, como o professor acabou de
752 dizer: se houver uma depressão, se houver algo e precisar mudar, já tem uma outorga de 30 (trinta) anos, ela poderá ser
753 revogada se tiver alguma justificativa.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS):** “Mas isso já tem no próprio
754 Termo de Outorga já diz todos os condicionantes pelo qual a outorga poderá ser revogada. Então, não seria revogação,
755 porque isso você vai conceder – você concede ou você nega! Então, não é o caso. Você nega em cima de algumas coisas,
756 e você outorga em cima de um determinado prazo! Então, esse prazo só poderá ser diferente do que está aqui. No caso
757 essa Resolução, eu entendo que ela fica assim. Ela só pode ser modificada para menos, reduzida, com uma justificativa
758 técnica – por isso que está aqui: “tecnicamente justificado” – isso aqui resolve! E você está concedendo, então não tem
759 para que você pensar em revogar! Na hora que você emite, se você lembrar, o Termo de Outorga – que a gente mostrou lá
760 na CTAS, o Termo de Outorga está lá uma série de condicionantes e, qualquer um daqueles, fará com que ela seja
761 revogada – qualquer descumprimento! Por isso que não caberia a revogação, nesse caso.” **Simone Rosa (Secretária**
762 **Executiva do CRH):** “Só um esclarecimento, **Cássia**, para a gente conseguir seguir com a pauta e a gente tentar objetivar.
763 Então assim, essa Resolução que está sendo colocada aqui, é uma Resolução para que: os Requerimentos de Outorga
764 que chegarem na Apac, vão seguir esses prazos. As outorgas que estão em vigência, quando expirarem e tiverem um
765 pedido de renovação, aí segue o processo – só para ficar bem claro que a Apac não vai parar tudo o que se está fazendo
766 no Setor de Outorgas, para **Clenio** não ter um “piripaque” aqui e pensar que: “vou parar tudo o que estiver fazendo aqui, e
767 vou ter que avaliar tudo para se enquadrar aqui”, não – isso não é retroativo, isso é a partir de agora, para os novos
768 requerimentos de outorgas que chegarem! E aí, as outorgas que expirarão vão entrando nesse ritmo – não é retrorativo! E eu
769 peço a quem quiser se manifestar, para serem breves, para a gente conseguir ir avançando.” **Gina Karla (Representante**
770 **da Pref.de Vicência):** “Sou Procuradora no município de Vicência, estou representando o município e sou conselheira-
771 suplente. É só uma ressalva porque quem vai ler a Resolução não está com o mesmo conhecimento técnico que todos
772 aqui presente. Então, o Parágrafo Único deve destacar que “os prazos contidos no Artigo 2º entrarão em ressalva, salvo os
773 critérios da entidade outorgante e tecnicamente justificados”, porque se você não citar quais são os prazos, quem vai ler,
774 não vai ter esta interpretação, principalmente se for uma pessoa que não tenha conhecimento técnico necessário.” **Simone**

775 **Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “Vamos ouvir outras opiniões: a gente tem **Assis**, que também participa da CTAS –
776 **Assis** se manifesta, depois **Ricardo**, e a gente fecha aqui a redação, por favor, **Assis**.” **Assis Ferreira (Abas):** “**Simone**,
777 eu fico muito preocupado quando um documento desse foi discutido amplamente, e agora a gente está modificando a ideia
778 principal, que se puderem voltar o slide vamos verificar que a ideia inicial aí é que seria, no máximo, 10 (dez) anos –
779 vamos dizer assim, na letra “a”, alínea “a” da Resolução. Era “no máximo 10 (dez) anos para Autorização Administrativa” –
780 quando dizia “no máximo 10 (dez) anos” – eu estou entendendo o seguinte: se a Apac achasse prudente, conveniente e
781 necessário, iria dar um ano e estaria dentro da Lei, perfeitamente, porque era no máximo um ano! Quando você diz 10
782 (dez) anos, você está dizendo, está restringindo que tem que ser 10 (dez) anos! Então, eu acho que está se mudando a
783 ideia de uma coisa que era mais ampla, para uma coisa mais restritiva. Ou seja, tem que ser 10 (dez) anos a outorga aí –
784 não adianta. Não, mas eu não preciso de 10 (dez) anos e a Apac vai dar de um ano apenas. Eu acho que mudar e retirar a
785 palavra “máximo”, eu acho que está mudando totalmente a ideia do que foi discutido, mas eu não participei desse GT, mas
786 quem participou, eu acho que pode colocar com mais prudência e conveniência, obrigado!” **Simone Rosa (Secretária**
787 **Executiva do CRH):** “Antes de passar a palavra para **Ricardo Braga e Clenio**, que vão se manifestar, eu queria só fazer
788 o esclarecimento seguinte, **Assis**, que: ao ser retirado esse “máximo”, vai ser colocada a ressalva que a gente ainda vai
789 redigir de forma adequada. E eu também ficaria preocupada se não tivesse ouvido, e vou ouvir novamente, **Clenio Torres**,
790 que é o Gerente de Outorga e Cobrança da Apac. Porque na verdade, o que vai acontecer é que, na prática, a Apac vai ter
791 mais trabalho, ou não, porque cada restrição que quisesse fazer esse prazo máximo vai ter que ser devidamente
792 justificado, não é? Mas também, essa justificativa nem sempre é uma Nota Técnica de 10 (dez) páginas, mas ela pode ser
793 uma justificativa assim – se ela estiver lá numa Zona “A” citada – que é uma restrição total, mas a Zona “B” ou a “C” –
794 conforme o Zoneamento Explotável, etc., está restrito devido a isso. Então, às vezes, já é quase que um “carimbo” essa
795 justificativa! **Ricardo**, se você não se importa, talvez fosse interessante a gente ouvir primeiro **Clenio**, que é o Gerente de
796 Outorgas. Então, **Clenio**, por favor.” **Clenio Torres (GROC-Apac):** “Eu queria dar uma ideia de como isso surgiu, para se
797 entender o contexto como **Assis** colocou, de qual era a ideia disso. É que durante esse tempo todo, os prazos de outorga
798 eram algo meio que “adotado” – adotado, quase que verbalmente! Era um padrão, havia um padrão lá, que seguimos,
799 mas não havia nada formalizado. E aí, lá na Apac, no sentido de formalizar isso, e aí **Ricardo**, como você tocou numa
800 terminologia de “discricionário”, entendo a outorga como um ato discricionário, por se tratar de um bem público e o Estado
801 dá se quiser. Então você pega a natureza jurídica dela, é discricionária, mas tem um pouco de vinculado. Ou seja,
802 cumprindo todos os pré-requisitos pelo usuário, por que é que você não vai conceder ou autorizar o uso do bem público, já
803 que você está concedendo e autorizando para todo mundo? Tem que ser justificado! E por que prazos diferentes? Se eu
804 deixar isso ao critério técnico de cada analista, isso se torna uma coisa meio estranha. Então, a ideia de você normatizar
805 isso foi uma Resolução da Diretoria Colegiada da Apac, que normatizou isso. E depois, em cima de algumas discussões,
806 entendeu-se que não, que para isso aí, seria melhor vir uma Resolução do próprio Conselho – normatizando de forma
807 ainda mais ampla! E aí eu entendo a preocupação de **Assis**, que é válida até para a gente mesmo, mas eu não vejo um
808 problema de você estipular o prazo mesmo – o prazo é aquele. Isso eu acho que traz uma fluidez e uma equidade muito
809 maior entre o que você está dando para cada usuário. Então, você normatiza isso, com relação àquele prazo, é aquele
810 prazo o padrão, e quando houver alguma questão envolvida – e aí pode ser até uma questão como o professor **Waldir**
811 colocou – por uma necessidade, vinda do próprio Conselho, da CTAS, através do CRH, para a Diretoria Colegiada da
812 Apac, restringir os prazos em determinadas áreas! E se chega uma solicitação dessas, por parte do CRH, a Apac vai
813 adotar aquilo de uma forma mais restritiva. Ou seja, como a própria Resolução, decidida pela Apac! Então, quando você
814 tiver estes instrumentos, que vão trazer essa necessidade de você limitar, você usa – devidamente justificado, através de
815 um Parecer Técnico, que já é feito, **Simone**, já tem um Parecer Técnico e, nesse próprio Parecer Técnico se tem a
816 justificativa técnica – ou vinda de uma própria orientação do CRH, ou de uma orientação da Diretoria Colegiada da Apac –
817 através de Resolução, ou vinda da visão do próprio técnico, pois se o próprio técnico entender que aquilo é justificativo, ele
818 justifica ali e dá; se o usuário entender que foi prejudicado de alguma forma, ele tem como entrar com um Recurso
819 Administrativo, pedindo revisão disso, aí vai para uma instância competente, para decidir coisas diferentes. E vão ser
820 casos raríssimos porque, primeiro é preciso que o técnico analista tenha esse entendimento por conta própria, de que
821 aquilo ali não é para ser dado naquele prazo, então ele tem que justificar, tecnicamente, aquilo. Então, isso é muito difícil
822 acontecer, e se acontecer, eu acho que é uma vez a cada 05 (cinco) anos! Por isso, **Assis**, eu acho que dessa forma aí
823 não trás prejuízo a ideia original do normativo, não!” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH):** “**Ricardo**, você ainda
824 quer falar? Então, vamos passar para **Ricardo** e depois a gente fecha essa redação, porque eu fiquei plenamente
825 convencida, agora, depois da fala de **Clenio**, mas vamos ouvir **Ricardo**, e aí a gente fecha essa redação.” **Ricardo Braga**
826 **(ANE):** “Eu estou com uma proposta de redação aqui, mas antes, eu digo que concordo plenamente com **Clenio**, que está

827 convergindo, e diria assim: que se mantiver como está, em algum momento a Apac pode, simplesmente, inviabilizar essa
828 Resolução – é só ela estabelecer os critérios para reduzir e ninguém pode reclamar porque ela tem direito de dar o prazo
829 que quiser. Então teríamos que ter essa clareza, porque essa clareza está sendo dada agora, inclusive com o acordo de
830 **Clenio**. Quanto à questão de a gente modificar algo que vem da câmara técnica – essa é a função do Conselho, então não
831 há problema! Estão os técnicos – também estão por aqui, e esse diálogo, vamos dizer, que se estabelece em busca de
832 uma escrita melhor. Bem, a sugestão seria a seguinte, no Parágrafo Único: “o prazo poderá ser reduzido, sendo
833 tecnicamente justificado.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Mediante justificativa técnica” – seria mais
834 interessante.” **Ricardo Braga (ANE)**: “É, mediante justificativa técnica”. Então, não é “à critério da entidade”, é: “o prazo
835 poderá ser reduzido – complete aí, **Cássia**.” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Os prazos descritos
836 acima poderão ser reduzidos, mediante justificativa técnica.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “**Cássia**, só
837 um minutinho! Vamos ouvir a proposta de **Ricardo**, eu acho que é “o prazo” mesmo!” **Ricardo Braga (ANE)**: “É “o prazo”
838 porque já está se referindo a tudo. “O prazo poderá ser reduzido, mediante justificativa técnica.” Não, não precisa, porque o
839 Parágrafo Único é do Artigo 2º – só falta colocar um ponto aí, no final. E não manter o “máximo” – o prazo é aquele
840 máximo – o prazo é 10(dez) anos, é 30 (trinta) anos! Agora quando, por exemplo, tiver um Zoneamento de Exploração de
841 Água Subterrânea na Região Metropolitana do Recife (RMR), o prazo vai ser restrito, em função do que está dito ali no
842 Parágrafo Único, tem justificativa técnica.” **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Se me permite, **Ricardo**, eu
843 ainda colocaria “mediante justificativa técnica da entidade outorgante – eu acho que fica bem amarrado! Porque quem
844 emite a outorga é a entidade outorgante – como está aqui definido, no Artigo 1º. Mas alguma manifestação, ou podemos
845 colocar em deliberação, para a gente aprovar o texto da Resolução, da forma como está agora no texto apresentado – com
846 esses destaques “em amarelo”? O texto do Artigo 2º, na verdade, ele não foi alterado. O que foi alterado nas alíneas: foi
847 retirado “o máximo de”, então todos terão estes prazos, e aí à Apac se resguarda o direito, a entidade outorgante se
848 resguarda no direito de diminuir o prazo, mediante justificativa técnica. Então está ali: “o prazo poderá ser reduzido,
849 mediante justificativa técnica da entidade outorgante” – e é isso que estamos colocando em votação agora, e como já foi
850 amplamente discutido, eu me reservo aqui no direito de colocar da seguinte forma, e quem discordar dessa forma – já que
851 todos se manifestaram, eu peço que se manifeste, levante aí o seu crachá, dizendo que discorda.” **Waldir Costa (Unieco**
852 e **CTAS**): “Eu discordo que se retire o termo “máximo”, que deve ser mantido como originariamente: “o máximo de tantos
853 anos”. **Simone Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Mesmo colocando esse Parágrafo Único, que diz que “pode ser
854 reduzido, mediante justificativa técnica”? Veja como ficou: “o prazo poderá ser reduzido, mediante justificativa técnica da
855 entidade outorgante”. Ok, está certo, então temos uma discordância, e **Assis** pode se manifestar, por favor – você quer
856 falar alguma coisa ou é só o voto contra?” **Assis Ferreira (Abas)**: “Eu diria o seguinte: quando você tem o máximo de 05
857 (cinco) anos – tem um máximo aí até de 30 (trinta) anos, se eu não me engano – eu acho que no item “d” ou ‘e’. Quando
858 você diz 30 (trinta) anos, se a entidade outorgante reduz de 30 (trinta) para 22 (vinte e dois) anos, por exemplo, ela tem
859 que dizer porque ela está reduzindo de 30 para 22, então ela vai ter que justificar, mas eu discordo da alteração.” **Simone**
860 **Rosa (Secretária Executiva do CRH)**: “Ok, então nos temos, até o momento, 03 (três) votos contrários: o professor
861 **Waldir Duarte, Assis e Gina Karla (Representante da Pref.de Vicência)**.” **Ricardo Braga (ANE)**: “Porque fica
862 contraditório, sob o ponto de vista semântico, você dizer que tem “o máximo” e depois dizendo “que pode reduzir”. Ora, se
863 diz que é “o máximo”, sei que pode reduzir! Então, há uma contradição na escrita.” **Simone Rosa (Secretária Executiva**
864 **do CRH)**: “Mas nós já retiramos “o máximo”!” **Ricardo Braga (ANE)**: “Eu estou dizendo que: para quem vota que deve ter
865 “o máximo”, há uma contradição, sob o ponto de vista da escrita! **Gizélia**, realmente, são “os prazos”, porque são os
866 prazos – não sei se merece o rigor de colocar “os prazos referidos nas alíneas de “a” até “j”?” **Cássia Araújo (da SDA e**
867 **Coordenadora da CTAS**): “Bastaria “os prazos acima referidos, poderão ser reduzidos, mediante justificativa técnica da
868 entidade outorgante”. Agora eu, particularmente, como conselheira até, eu sou a favor disso que o professor **Waldir** falou e
869 tudo! A gente trabalhou muito no GT com isso aí – se colocou justamente essa palavra “máximo”, que era para alguns
870 casos e para facilitar. Ora, se eu estou colocando este Parágrafo Único aqui, ai você vem para outra coisa – qual é o
871 estudo que vai me dizer que agora deve ser não 30 (trinta), mas 22 (vinte e dois) anos? Mas veja a justificativa técnica vai
872 ter que ser “um senhor trabalho”, para você justificar porque que agora vai ser assim! Então, em função disso foi que lá no
873 GT, se optou por colocar a palavra “máximo” – se entendo que máximo seria o usual! Agora, ou se coloca o “máximo” sem
874 esse parágrafo, ou se tira o máximo e coloca-se o parágrafo – ambos é somente uma forma de redação, pois eles estão
875 dizendo a mesma coisa. Estão dizendo que, simplesmente, no momento em que, por qualquer motivo que seja, se reduza
876 – é só isso que está sendo colocado!” **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: “Bem, uma Questão de
877 Ordem! Então, vamos retomar: lá embaixo, onde estão “os prazos” – eu só acho que a gente não deve colocar “acima
878 referidos” porque nem está acima, está na página anterior. Então, ficaria: “Parágrafo Único: os prazos referidos neste artigo

879 poderão ser reduzidos, mediante justificativa técnica da entidade outorgante." E eu acho que, quanto à questão de a gente
880 retirar "o máximo", meio que venceu, não é? A minha pergunta é: **Gina**, você tinha se manifestado por conta disto, porque
881 é "os prazos", mas em estando "aos prazos, agora você concorda? Ok, então temos agora, só 02 (dois) votos contrários e
882 os demais aprovaram – então, está deliberado pela aprovação. Desculpe, é porque você não havia se manifestado
883 anteriormente, então na realidade, nós temos 03 (três) votos contrários! Ah, então vamos fazer o seguinte: vamos fazer a
884 contagem, porque veio à "conta-gotas", não é? Quem for conselheiro titular ou suplente levante seu crachá – lembrando
885 que não podem votar os titulares e os seus suplentes. Vejam, se não for aprovado agora, isso volta para ser rediscutido, e
886 a gente delibera ano que vem. Bem, vamos deliberar o texto como está aqui na tela porque houveram várias contribuições
887 e a gente acabou, tendo inclusive, com a presença do Gerente da Apac, da Diretora, a gente entende que avançou! Então,
888 não foi unanimidade, mas a gente precisa, como temos quórum, a gente precisa votar! Vamos fazer o contrário, vamos de
889 fato, levantar o crachá quem concorda com a redação, porque a gente tem o quórum e a gente vê os votantes – e eu
890 posso votar, não é? **Gina**, você vota, não é? Você pode votar, sim! Ok, então quem não é favorável? Já temos a
891 manifestação ali de **Assis, Waldir, Cássia** – são quatro aqui. O titular não está, não é **Cássia**? Então ela vota, sim! Eu
892 perguntei logo no início. Então são 04 (quatro) votos!" **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: "Na realidade
893 é assim: eu diria que eu concordo com o texto original! Se todo mundo concorda, isso é o que conta." **Simone Rosa**
894 (**Secretária Executiva do CRH**): "São 04 (quatro) votos. Vamos então dar seguimento – eu acredito que todos votaram,
895 mas alguém se absteve? Não, zero abstenção! Então, com isso fica aprovada então, dessa forma, a redação da minuta
896 de Resolução CRH/2022, que dispõe sobre os prazos de vigência das outorgas do direito de uso dos recursos
897 hídricos e dá outras providências. Vamos, então passar para a próxima deliberação – que também será exposta por
898 **Cássia**. Devido ao adiantado da hora, vou só pedir para que a gente tenha uma maior agilidade – não precisa historiar
899 tudo, **Cássia**. A gente coloca o texto, até porque os conselheiros receberam a minuta da Resolução, não é? Agora,
900 deliberaremos a minuta da Resolução CRH, que regulamenta a outorga do direito de uso para captação de água
901 subterrânea e dá outras providências – então, especificamente para águas subterrâneas! E aí a minha pergunta: se há
902 algum comentário, ou alguma solicitação de esclarecimento, em relação a esta minuta específica de água subterrânea?
903 **Cássia**, você quer dar uma breve passada no texto?" **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: "Eu diria o
904 seguinte: só para resumir, eu vou dizer para vocês isso aqui foi as diretrizes dessas Resoluções. Um dos problemas que
905 havia é essa interação CPRH e Apac, com o retorno do Licenciamento Ambiental isso ficou mais urgente. Como a gente
906 dentro da Lei, porque a gente tinha que respeitar a Lei Federal e a Lei Estadual – dentro da Lei isso foi o melhor que a
907 gente conseguiu fazer, com o objetivo de facilitar e manter as informações que a Apac precisa para monitorar os aquíferos.
908 Então, o objetivo foi: incentivar a regularização, facilitar essa regularização – tudo, o melhor possível, dentro da Legislação
909 vigente, qualquer Lei – revogando toda e qualquer Resolução que estivesse atrapalhando esse processo. Então, nós
910 trabalhamos só com esses princípios e o outro foi de incentivar, ou forçar até, a regularidade de informação aos órgãos
911 competentes, que no caso seriam Apac e CPRH! Então, isso aí foram os princípios e eu acredito que, se ninguém tiver
912 nenhuma pergunta, esta justificativa já seria mais do que suficiente. A busca foi melhorar o processo!" **Simone Rosa**
913 (**Secretária Executiva do CRH**): "Então, franqueio a palavra aí, se algum conselheiro quiser se manifestar. Caso não haja
914 manifestações, podemos seguir com a deliberação, considerando que todos os conselheiros receberam este documento
915 com a devida antecedência, vou fazer a pergunta da forma positiva agora, já que tivemos algumas opiniões desfavoráveis:
916 então, quem concorda em aprovar o texto desta Resolução, conforme foi enviada aos conselheiros? Vamos fazer a
917 contagem aí! Então, temos 15 (quinze) votos favoráveis! Caso algum conselheiro seja desfavorável, queira se manifestar,
918 para a gente registrar se houve votos contrários. Não, não temos nenhum registro de voto contrário. Então, aprovada esta
919 minuta da Resolução CRH/2022, que regulamenta a outorga do direito de uso para captação de água subterrânea e
920 dá outras providências, por unanimidade! E aí, passamos então para a próxima Resolução, que também é de outorga
921 de água subterrânea, ela regulamenta a outorga para captação de água subterrânea destinada ao uso de utilidade pública
922 e dá outras providências. Então, temos uma outorga específica, que se não me engano, foi uma solicitação da Compesa,
923 para que a gente tivesse uma outorga específica para o abastecimento público, então ela tem algumas particularidades,
924 específicas para o abastecimento público, em relação aos sistemas de abastecimento de água. Franqueio a palavra aqui,
925 se há algum questionamento, algum pedido de esclarecimento, alguma solicitação de alteração? Ela é bem específica! Por
926 favor, **Cássia**." **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da CTAS)**: "Vejam, essa minuta aqui, praticamente ela repete
927 tudo o que está na minuta anterior. Eu já chamei a atenção disso, ela vai ter que ser publicada, após a minuta anterior, que
928 foi aprovada agora. Depois, porque se for o inverso, a anterior vai revogar algumas coisas dessa daqui, porque essa pega
929 tudo o que está lá e específica para utilidade pública. Então, aqui se definiu o que é utilidade pública para estes casos –
930 quem que se enquadra aqui, então foi definido quem que está se enquadrando, e a Lei permaneceu, praticamente a

931 mesma, somente atendendo a facilidade de prazos e outras questões desse tipo, inclusive, análise de água porque
932 existem algumas condições que eles não conseguiriam cumprir, bem como as Prefeituras. Então, isso foi apara adequação
933 ao cumprimento, para que os usuários estivessem dentro da Legislação. No caso da Compesa, essa reivindicação
934 buscava também ela atingir um dos objetivos dela, que era atingir o Certificado ISO, e ela não conseguia porque não
935 conseguia também regularizar os poços dela! Então, o pleito chegou e um questionamento que **Ricardo Braga** fez de
936 outra vez é que: isso não foi feito para atender a Compesa – isso foi uma reivindicação da Compesa, que foi analisado até
937 onde isso implicava também em outros usos de utilidade pública, e foi visto que, dessa forma que saiu a minuta, vai ela
938 atender os 5.000 (cinco mil) poços do IPA (Instituto Agrônômico de Pernambuco), vai atender a FUNASA (Fundação
939 Nacional de Saúde), a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), vai atender SDA (Secretaria de Desenvolvimento Agrário) –
940 todos esses que trabalham com pequenos poços e comunidades rurais. Então, foi esse o princípio dela, e aí abriu-se
941 exceção, dentro daquela que a gente acabou de aprovar – foi só isso.” (**Secretaria Executiva do CRH**): “Obrigada,
942 **Cássia**, pelos seus esclarecimentos! Então, seguimos para a deliberação: peço que os conselheiros que sejam favoráveis
943 à aprovação do texto, da forma como foi submetido com a convocação, que se manifestem – pela aprovação! Então, temos
944 16 (dezesseis) votos favoráveis. Peço que se algum conselheiro que seja contrário à aprovação, por favor, se manifeste,
945 para a gente registrar! Não temos nenhum conselheiro desfavorável. Alguém se absteve? Não, nenhuma abstenção!
946 Então, mais uma vez agradeço a conselheira **Cássia**, pelo seu apoio nas ações! E passando ao próximo e último ponto de
947 deliberação, eu peço a **Sandra Ferraz**, porque ela é a Relatora da CTALI – já que nós não temos a presença do
948 Coordenador da CTALI, **Everaldo** não pôde estar conosco hoje, para então fazer a apresentação do Plano de Aplicação
949 dos Recursos do FEHIDRO para o ano de 2023 – já destacando para os presentes de que este Plano foi apresentado, e
950 aprovado, pela CTALI, aqui no CRH.” **Sandra Ferraz (CTALI-SERH/Seinfra)**: “Aqui, na condição de Relatora desse
951 processo, no âmbito da CTALI, que na sua 7ª (sétima) reunião deste ano de 2022, foi favorável a aprovação desses Planos
952 de Aplicação. Eu questiono, questiono também **Simone**, na condição de conselheira e está presidindo essa seção, se
953 vocês querem que a gente apresente os Planos, de forma breve, para depois, *a posteriori*, a gente trabalhar o teor da
954 Resolução CRH? Até porque são 02 (dois) Planos, **Simone**, o Plano da Apac e o Plano da SERH, que foram apreciados e
955 teve um Parecer Técnico favorável, então eu questiono. A gente está aqui projetando o teor da Resolução CRH, muito
956 breve, mas eu não fico confortável se eu só submeter esse documento. Vocês receberam todos os dois Planos, não é isso,
957 **Gizélia**, você confirma? Nós já tivemos alguns espaços de discussão, e considerando o momento atual, a mudança de
958 Governo, a Secretaria, e aí eu posso falar com mais propriedade porque estou na equipe, preocupada com a continuidade
959 e sabendo do possível ajuste, fez uma proposta – eu acho que também é a mesma, lógico, utilizada pela Apac para se
960 basear. Então, não dá para quem chegar desconsiderar tudo! Então, eu pergunto, diante do adiantado da hora.” **Simone**
961 **Rosa (Secretaria Executiva do CRH)**: “Eu acho que sempre é interessante a gente mostrar. A minha única ressalva é que
962 haja um esvaziamento da reunião e a gente não consiga deliberar! Então assim, feita essa ressalva, não houve uma
963 alteração substancial. Aos conselheiros que já participam aqui desse fórum há mais tempo, não houve uma alteração
964 substancial das atividades que foram propostas. Então, a SERH continuou com as suas propostas na linha de manutenção
965 dos dessalinizadores, na linha de segurança de barragens, nas ações administrativas, mas poderia talvez, projetar só a
966 tabelinha, não é **Sandra**? A menos que os conselheiros entendam que não é necessário e querem aprovar somente a
967 Resolução! Eu acho que só a tabela, um quadro-resumo – a gente não vai passar todo o Plano. Então, a gente colocaria o
968 quadro-resumo só para ter a noção geral – na verdade, são dois: o quadro-resumo da SERH e o quadro-resumo da Apac,
969 porque são dois Planos de Aplicação – porque 50% (cinquenta por cento) dos recursos vão para a Apac e 50% (cinquenta
970 por cento) vão para SERH. A gente projeta somente aquela tabelinha de atividades, que eu já falei brevemente. **Gizélia**,
971 passe só o Quadro de Aplicações para 2023 – é o que interessa! Isso ai, da SERH, o Plano de Investimentos para 2023 –
972 tem um quadro a seguir, um pouquinho mais detalhado. Este slide, então o que é que foi previsto pela SERH, como Ações
973 e Projetos para 2023? Então, como já coloquei: a questão de manutenção e implantação de sistemas de dessalinizadores
974 – eu coloquei até na palestra aqui, que temos 50 (cinquenta) novos dessalinizadores. Então, manutenção e implantação de
975 sistemas de dessalinização, em que deixamos o maior montante; projeto, recuperação e manutenção de barragens – como
976 você viram aqui, nós temos grandes demandas também; e deixamos um valor também para a questão de Contratação de
977 Consultoria Especial de Barragens, visto que muitas vezes a gente precisa de especialistas que tenham esta expertise e
978 não temos aqui, em nossos quadros de pessoal; e também a parte de Planos de Segurança de Barragens (PSB). Então,
979 sem ver o quadro, eu já tinha feito um resumo para vocês – basicamente, segurança de barragens e sistemas de
980 dessalinização. Então, essa foi a proposta da SERH! E aí, pode colocar na tela, esse mesmo quadro da Apac – e aí a
981 gente vai para o Quadro de Investimentos da Apac, pois eu acho que estes dois quadros resumem bem, para que os
982 conselheiros tenham a clareza do que é que está sendo aprovado! Então, o que está sendo proposta pela Apac:

983 Fortalecimento Institucional do SIGRH/PE, a questão para a Operação do PISF/PE (Projeto de Integração do São
984 Francisco); Monitoramento Hidrometeorológico e Gestão de Risco de Desastres Naturais – que é o “carro-chefe” da Apac,
985 então concentra a maior parte dos recursos; e Apoio ao Desenvolvimento e Gerenciamento do Órgão Executor, que é a
986 Apac – então esses são os 03 (três) principais Eixos de Ação que a Apac propõe para a Aplicação do FEHIDRO/2023.
987 Então, eu acho que foi de forma bem resumida, mas deu esse esclarecimento aqui, para que os conselheiros tenham
988 propriedade para poder votar. Então, eu acho que feito isto, podemos entrar na deliberação – concordam? Então, peço que
989 se manifestem os conselheiros favoráveis a aprovar – levantem seus crachás para a gente contabilizar os seus votos!
990 Então, estamos aprovando o Plano de Aplicação de Recursos do FEHIDRO para o ano de 2023. Então, temos 15 (quinze)
991 votos favoráveis! Alguém vota contrário? Não temos nenhum registro contrário. Algum conselheiro se absteve da
992 deliberação? Também não! Então, zero abstenções, zero votos desfavoráveis, então **está aprovado o Plano de**
993 **Aplicação do FEHIDRO!** Então, cumprimos a nossa pauta e temos ainda um item relativo a Outros Assuntos, e o
994 conselheiro **Waldir** já tinha me pedido inicialmente, que gostaria de apresentar um ponto aqui, em Outros Assuntos, então
995 vou passar a palavra para o conselheiro **Waldir** e, caso algum outro conselheiro, na sequência de **Waldir**, queira também
996 dar algum Informe sobre Outros Assuntos, poderá também se manifestar, por favor, **Waldir.**” **Waldir Costa (Unieco e**
997 **CTAS):** “Boa tarde a todos, já que é praticamente de tarde! Eu queria falar, rapidamente, a respeito de uma carta que eu
998 elaborei, peguei algumas assinaturas de representantes de entidades, para levar à nova governadora eleita, a ser
999 empossada, mas eu queria antes, justificar essas colocações nessa carta: desde antes da existência deste Conselho, eu
1000 veio debatendo para que a Secretaria de Recursos Hídricos seja elevada, dentro do Governo, ao nível de Secretaria. No
1001 Governo de **Arraes**, eu mandei uma carta também subscrita por algumas pessoas, pedindo este pleito nosso, para que
1002 Recursos Hídricos fosse uma Secretaria. Para a minha surpresa, o Dr. **Miguel Arraes** me chamou no escritório dele e me
1003 disse: “olhe, eu não vou criar a Secretaria de Recursos Hídricos porque já vieram várias propostas de criação de outras
1004 Secretarias – como Irrigação, Pesca e outras, mas eu não quero inchar a máquina administrativa. Mas lhe prometo que eu
1005 darei, no meu governo, a maior atenção possível aos recursos hídricos – essa é a minha intenção!” E de fato, o Governo
1006 de **Arraes** constituiu o início da gestão de recursos hídricos, porque foi nesse governo que foi criado o Conselho Estadual
1007 de Recursos Hídricos (CRH); foi criada a primeira Lei de Águas Superficiais, com seus respectivos Decretos; a primeira Lei
1008 de Águas Subterrâneas, com seus respectivos Decretos; foi criado o primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos
1009 (PERH/PE) – foi também no Governo de **Arraes**; e ainda uma série de obras de águas superficiais e subterrâneas,
1010 inclusive, 475 (quatrocentas e setenta e cinco) barragens subterrâneas – que foi o último governo que construiu uma
1011 barragem subterrânea. Ele também criou o primeiro Comitê de Bacia Hidrográfica (COBH)! Então, foi realmente o início da
1012 gestão de águas subterrâneas em Pernambuco! Mas não é somente a criação de uma Secretaria de Recursos Hídricos
1013 que deve ser válida. Tem um princípio da matemática que diz: “condição necessária e suficiente”. No caso, a criação de
1014 uma Secretaria de Recursos Hídricos é necessária, mas não é suficiente, porque é necessário que o Secretário que
1015 ocupará este cargo seja um técnico da área de recursos hídricos! Isso aconteceu, justamente, no Governo de **Jarbas**
1016 **Vasconcelos** – fizemos, também, uma carta para ele, e ele criou a primeira Secretaria de Recursos Hídricos que teve em
1017 Pernambuco, foi no Governo de **Jarbas**, mas ele colocou como Secretário um Deputado, que nada conhecia de recursos
1018 hídricos! Resultado: quando ele foi reeleito, extinguiu a Secretaria de Recursos Hídricos, simplesmente, porque não houve
1019 atuação adequada! Nos governos posteriores, recursos hídricos ficou sempre como uma Secretaria Executiva, dentre
1020 várias Executivas de uma mesma Secretaria. Por exemplo, neste governo atual, na primeira gestão dele, recursos hídricos
1021 era uma Secretaria Executiva no meio de mais 07 (sete) Secretarias Executivas – dentro da Secretaria de
1022 Desenvolvimento Econômico (Sdec)! Mais uma vez, quando estava perto de terminar a primeira gestão – já reeleito o
1023 Governador **Paulo Câmara**, nós fizemos, novamente, uma carta – com subscrição de várias entidades, e fomos a ele,
1024 pessoalmente, levados inclusive pelo atual Prefeito do Recife **João Campos** – que à época era Deputado, e ele prometeu
1025 que iria criar no governo uma Secretaria de Recursos Hídricos – e criou a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos
1026 (Seinfra); mais ainda, ele colocou na Secretaria uma técnica da área de recursos hídricos, que é a Dra. **Fernandha**; e mais
1027 ainda, todos os órgãos subordinados a esta Secretaria, tais como: Secretaria Executiva, Apac, Compesa – todos esses
1028 foram dirigidos por uma técnica da área de recursos hídricos. Então, por último, agora que mudará o governo, que vai ser
1029 empossada como governante a ex-Prefeita de Caruaru, eu redigi mais uma vez, esta carta e, como é somente uma página,
1030 eu vou ler rapidamente – a carta está na tela! Nós endereçamos para **Priscila Krause**, pelo fato de que **Priscila Krause**
1031 está comandando a Transição do Governo, e por isso eu quero entregar esta carta ainda nessa semana: “os abaixo-
1032 assinados, que antecipam o total desinteresse por cargos eletivos, porém, preocupados com os problemas alusivos à água
1033 no Estado de Pernambuco, reconhecidamente o mais pobre de recursos hídricos dentre as demais unidades federativas do
1034 Brasil, vêm apresentar ao novo governo a ser empossado, algumas sugestões relacionadas à gestão desses recursos. A

1035 gestão dos recursos hídricos deve levar em conta, dentre outros, os seguintes aspectos: Aprovação de dispositivos legais
1036 (leis, decretos, resoluções, portarias, etc.); Elaboração de Planos Específicos em todas as Bacias Hidrográficas do Estado;
1037 Estudos específicos de águas superficiais e subterrâneas; Revisão e Atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos,
1038 conforme disposto na Legislação vigente – é bom lembrar que a Legislação vigente, estabelece que este Plano deve ser
1039 renovado a cada 04 (quatro) anos, no entanto esse Plano que foi feito no Governo de **Arraes**, somente neste atual governo
1040 é que foi refeito; Execução de obras hídricas para abastecimento d'água de cidades e prevenção contra enchentes;
1041 Execução de obras hídricas para abastecimento de pequenas comunidades e do meio rural; Monitoramento contínuo das
1042 reservas e qualidade das águas superficiais e subterrâneas; Agilização dos procedimentos de construção e regularização
1043 de obras hídricas, especialmente aquelas pontuais, como poços tubulares, de rápida construção; Fiscalização ao consumo
1044 de captações hídricas em volume superior ao outorgado, assim como às possíveis contaminações. No sentido de
1045 assegurar meios e condições de um pleno e adequado funcionamento dos procedimentos de gestão, queremos apresentar
1046 duas propostas: 1^a) Que seja criada uma Secretaria de Recursos Hídricos, como vem funcionando há duas décadas no
1047 Estado do Ceará, em função da importância do segmento para o desenvolvimento do Estado; 2^a) Que seja nomeado um(a)
1048 Secretário(a), com o perfil técnico da área de recursos hídricos. Agradecendo a atenção que venha a ser dada a esse novo
1049 pedido, subscrivemos atenciosamente. Então, além do meu nome, que escrevi a carta, há vários outros nomes de
1050 entidades. Essa carta não está colocada em discussão e nem aprovação – é apenas uma apresentação para este
1051 Conselho, para mostrar que nós estamos atentos a essa questão e estamos muito satisfeitos, que a gestão atual de
1052 recursos hídricos tivesse sido plenamente consagrada – como vimos através dos Relatórios, tanto da Apac como da
1053 SERH. Estamos muitos felizes e que, ao contrário, de outros anos, onde recursos hídricos ficou muito abaixo da
1054 expectativa, neste ano tivemos, realmente, uma gestão adequada. E espero que a nova Governadora venha a repetir esta
1055 criação da Secretaria e também adotar uma pessoa técnica da área!" **Cássia Araújo (da SDA e Coordenadora da**
1056 **CTAS**): "Somente para comunicar ao professor que essa carta dele obteve mais uma adesão que foi da ANE (Associação
1057 Águas do Nordeste), que entrou aqui nessa relação e **Alexandre Ramos** já assinou – para a gente colocar a identificação,
1058 Presidente da ANE – era isso, somente." **Waldir Costa (Unieco e CTAS)**: "Eu agradeço a essa adesão, inclusive, se
1059 alguém mais, de alguma outra entidade, quiser apoiar esta nossa carta, nós agradecemos!" **Simone Rosa (Secretária**
1060 **Executiva do CRH**): "Muito obrigada, professor **Waldir**! Eu queria informar, por ser pertinente ao que o professor **Waldir**
1061 colocou, até porque ele falou "da importância de ter técnicos à frente", e a gente está encerrando aqui um ciclo, que a
1062 equipe da SERH nos demos ao trabalho de deixar relatórios – fizemos um relatório maior, que tem quase 70 (setenta)
1063 páginas, que é o Relatório de Gestão 2019-2022, que foi encaminhado, via Sistema SEI, ao Gabinete da Secretaria
1064 **Fernandha** e copiada para a Equipe de Transição, às pessoas que fazem parte do governo. Então, ele tem um corpo todo
1065 com, basicamente isso, e mais um pouco do que eu apresentei aqui. E a gente também sentiu a necessidade de colocar
1066 alguns relatórios específicos, então a gente colocou na apresentação, citando que têm relatórios anexos, então tem um
1067 relatório sobre o SISAR (Sistema Integrado de Saneamento Rural); tem um relatório específico sobre o Controle de Cheias
1068 do Capibaribe – porque eu senti muita falta disso quando eu passei este inverno de 2022 e eu pensei: se eu tivesse um
1069 relato do que aconteceu anteriormente, mas graças a Deus, eu confiava com meu amigo **Clenio**, que somos colegas de
1070 longa data – apesar dele ter sido meu aluno, de dizer: "não **Simone**, porque no ano tal, teve uma chuva de tantos
1071 milímetros, e aí Carpina subiu tanto, em tantas horas, tantos dias! Então, isso fez muita falta. Então, a gente fez um
1072 relatório – Clenio, eu sei que isso é surpresa para você, eu vou encaminhar também para Apac: um, sobre o Controle de
1073 Cheias do Capibaribe e fizemos outro, sobre a Barragem de Serro Azul – com todas as suas particularidades, deixando
1074 tudo registrado, dos serviços que foram feitos; sobre o Saneamento Rural; tem um relatório específico sobre Convênios; e
1075 tem um relatório específico sobre os Reservatórios da Mata Sul – explicando esses Convênios de Gatos, de Panelas, com
1076 todas as exigências que foram feitas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) – as Cláusulas Suspensivas e
1077 todo o Processo Licitatório, que infelizmente não tivemos sucesso, apesar de tê-lo repetido! Então, está documentado,
1078 devidamente identificado com a equipe técnica, temos os arquivos em PDF e, eu peço que conste em Ata também porque,
1079 caso os conselheiros queiram ter acesso a este documento, inclusive, vou consultar a Secretaria se a gente poderia enviar
1080 esse relatório que, por enquanto, é para consumo interno, mas se caso isso seja liberado – na minha opinião pessoal, não
1081 vejo nenhum problema que isso seja tornado público, mas vou consultar, e caso haja autorização, então a gente poderá
1082 sim, remeter aos conselheiros, porque eu acho que também não adianta a gente fazer todo esse material – gastou um
1083 tempo, uma energia, e isso ficar guardado na gaveta! E eu acho que esse é o fórum mais adequado, porque aí contempla:
1084 ah, e isso aqui; ah, e o SISAR; ah, e a Operação do Capibaribe – aí os técnicos podem ler e podem, depois, ter sugestões,
1085 enfim, porque esse Conselho, esse fórum, ele prossegue!" **Waldir Costa (Unieco e CTAS)**: "Eu queria, por último,
1086 apresentar um fato: eu citei numa reunião, aliás, numa Mesa Redonda que aconteceu no mês passado, lá em Caruaru,

1087 num evento do SILUSBA (Simpósio Luso-Brasileiro), em que eu disse o seguinte: na gestão atual foram muito bem
1088 contempladas as mulheres técnicas: a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos é uma mulher; a Secretaria
1089 específica de Recursos Hídricos é uma mulher; a Presidente da Apac é uma mulher; a Presidente da Compesa é uma
1090 mulher – então só faltava o Governador ser uma mulher, mas agora não falta mais nada, pois o Governador será uma
1091 mulher; e a água é feminina! Então, eu quero parabenizar, por último, as mulheres que desempenharam tão bem as suas
1092 funções, como técnicas nessa gestão atual do governo! Muito obrigado!” **Simone Rosa (Secretaria Executiva do CRH):**
1093 “Então, não havendo mais manifestações, fica a nossa mensagem de Boas Festas dos conselheiros: “Que as realizações
1094 alcançadas nestes quatro anos de muito trabalho e dedicação sejam sementes plantadas que serão colhidas com maior
1095 sucesso nos próximos ciclos que estão por vir.” Então, Boas Festas a todos! E que sigam nessa profícua missão, aqui no
1096 Conselho. Boa tarde a todos!”

1097

SIMONE ROSA DA SILVA
Secretaria Executiva do CRH